

Relatório e Contas | 2016



Índice

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 1. ATIVIDADE DA FFCUL EM 2016 | 18 |
| 1.1 PROJETOS..... | 18 |
| 1.2 RECURSOS HUMANOS | 20 |
| 1.3 ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL | 23 |
| 1.4 INDICADORES DE GESTÃO DA FFCUL..... | 24 |
| 1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento à FCT..... | 24 |
| 1.4.2 Encerramento contabilístico..... | 25 |
| 1.5 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS DA FFCUL | 25 |
| 1.5.1 Atividades comuns..... | 25 |
| 1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Internacionais /Europeus (NPIE)..... | 26 |
| 1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais (NPN)..... | 28 |
| 1.5.4 Núcleo Projetos de Investigação sob Contrato (NPISC)..... | 30 |
| 1.5.5 Núcleo Financeiro..... | 32 |
| 1.6 RELACIONAMENTO COM A FCT | 33 |
| 1.7 ANÁLISE ORÇAMENTAL..... | 34 |
| 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 37 |
| 2.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS | 37 |
| 2.2 OUTROS DADOS RELATIVOS À ACTIVIDADE DE I&D | 38 |
| 2.3 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS | 42 |
| 2.4 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS INDIRETOS ANTES DO IMPOSTO..... | 43 |
| 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA | 44 |
| 3.1 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 45 |
| 3.2 FUNDOS PATRIMONIAIS..... | 45 |
| 3.3 ESTRUTURA DO BALANÇO | 46 |
| 3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 48 |
| 4. PERSPETIVAS FUTURAS | 48 |
| 5. AGRADECIMENTOS..... | 49 |
| 6. ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 50 |
| 7. BALANÇO | 51 |
| 8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS..... | 52 |
| 9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 53 |
| 10. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS | 54 |
| 11. ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS..... | 56 |
| 11.1 NOTA INTRODUTÓRIA..... | 56 |
| 11.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 56 |
| 11.2.1 Referencial contabilístico..... | 56 |
| 11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derogadas no exercício..... | 56 |
| 11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior..... | 56 |
| 11.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 56 |
| 11.3.1 Bases de apresentação..... | 56 |
| 11.3.2 Investimentos Financeiro..... | 56 |
| 11.3.3 Ativos fixos tangíveis | 56 |

| | | |
|---------|---|-----------|
| 11.3.4 | <i>Ativos intangíveis</i> | 57 |
| 11.3.5 | <i>Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill</i> | 57 |
| 11.3.6 | <i>Especialização dos exercícios</i> | 57 |
| 11.3.7 | <i>Imposto sobre o rendimento</i> | 57 |
| 11.3.8 | <i>Subsídios do Governo</i> | 58 |
| 11.3.9 | <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i> | 58 |
| 11.3.10 | <i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i> | 58 |
| 11.3.11 | <i>Rédito</i> | 59 |
| 11.3.12 | <i>Acontecimentos após a data do balanço</i> | 59 |
| 11.3.13 | <i>Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i> | 60 |
| 11.4 | FLUXOS DE CAIXA | 60 |
| 11.4.1 | <i>Caixa e depósitos bancários</i> | 60 |
| 11.5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS | 60 |
| 11.6 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 60 |
| 11.7 | ATIVOS INTANGÍVEIS | 62 |
| 11.8 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | 63 |
| 11.9 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 63 |
| 11.10 | CRÉDITOS A RECEBER | 64 |
| 11.11 | DIFERIMENTOS ATIVOS | 64 |
| 11.12 | FUNDOS PRÓPRIOS | 64 |
| 11.13 | AJUSTAMENTOS DE FUNDOS PATRIMONIAIS | 65 |
| 11.14 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 65 |
| 11.15 | OUTROS PASSIVOS CORRENTES | 65 |
| 11.16 | FORNECEDORES | 65 |
| 11.17 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 65 |
| 11.18 | DIFERIMENTOS PASSIVOS | 66 |
| 11.19 | PROVISÕES ESPECÍFICAS | 66 |
| 11.20 | VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 66 |
| 11.21 | SUBSÍDIOS DO GOVERNO | 66 |
| 11.22 | FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS | 67 |
| 11.23 | GASTOS COM PESSOAL | 67 |
| 11.24 | IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER | 67 |
| 11.25 | OUTROS RENDIMENTOS | 67 |
| 11.26 | OUTROS GASTOS | 68 |
| 11.27 | DEPRECIAÇÕES | 68 |
| 11.28 | JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS | 68 |
| 11.29 | JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS | 68 |
| 11.30 | DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS | 68 |
| 11.31 | OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA ENTIDADE COM PARTES RELACIONADAS | 69 |
| 11.32 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO | 69 |
| | CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 70 |
| | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO | 74 |

INDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS EM 2016..... | 18 |
| TABELA 2 – PROJETOS INICIADOS DE 2013 A 2016 POR TIPOLOGIA DE PROJETO E VALOR DO FINANCIAMENTO TOTAL PARA A FFCUL..... | 18 |
| TABELA 3 – PROJETOS CONCLUÍDOS ENTRE 2012 E 2016..... | 19 |
| TABELA 4 – PROJETOS ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE ENTRE 2012 E 2016..... | 19 |
| TABELA 5 – NÚMERO DE PROJETOS GERIDOS PELA FFCUL DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO, EM 1993..... | 20 |
| TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL E ENCARGOS COM OS COLABORADORES DA FFCUL EM 2016..... | 20 |
| TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL..... | 21 |
| TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR BENEFICIÁRIO E FUNÇÃO..... | 21 |
| TABELA 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DA ESTRUTURA CENTRAL DA FFCUL..... | 23 |
| TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA DA FFCUL (EM €)..... | 24 |
| TABELA 11 – DESPESA REPORTADA À FCT ATRAVÉS DE PP'S EM 2015 E 2016..... | 25 |
| TABELA 12 – CANDIDATURAS APRESENTADAS EM 2016, POR PROGRAMA E CALL..... | 27 |
| TABELA 13 – NÚMERO DE PROJETOS INICIADOS EM 2016, POR PROGRAMA E CALL..... | 28 |
| TABELA 14 – DADOS FINANCEIROS DO NPISC RELATIVOS A 2016..... | 31 |
| TABELA 15 – VALORES RECEBIDOS POR TIPO DE EVENTO..... | 32 |
| TABELA 16 – FATURAÇÃO EM 2016..... | 32 |
| TABELA 17 – RELACIONAMENTO FINANCEIRO ENTRE A FFCUL E A FCT (31-12-2016)..... | 33 |
| TABELA 18 – EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTES DE FINANCIAMENTO..... | 35 |
| TABELA 19 – RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA..... | 35 |
| TABELA 20 – COMPARAÇÃO DAS RECEITAS EM 2015 E 2016..... | 35 |
| TABELA 21 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTES DE FINANCIAMENTO..... | 36 |
| TABELA 22 – EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA..... | 36 |
| TABELA 23 – SALDO DE GERÊNCIA 2015 E SUA DECOMPOSIÇÃO POR TIPOLOGIA DE RECEITA..... | 36 |
| TABELA 24 – EVOLUÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA..... | 37 |
| TABELA 25 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2016 POR UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO (COMPONENTE FFCUL)..... | 39 |
| TABELA 26 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DA FFCUL EM 2016 POR ÁREA DEPARTAMENTAL DA FCUL..... | 39 |
| TABELA 27 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2016 (COMPONENTE FFCUL)..... | 40 |
| TABELA 28 – INQUÉRITO AO POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (IPCTN) 2016 (FUNDOS) (COMPONENTE FFCUL)..... | 41 |
| TABELA 29 – ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS DA FFCUL (2016)..... | 43 |
| TABELA 30 – ESTRUTURA DO BALANÇO..... | 46 |

INDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 - PRINCIPAIS GRUPOS BENEFICIÁRIOS DOS COLABORADORES DA FFCUL..... | 21 |
| FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE LIGAÇÃO CONTRATUAL..... | 22 |
| FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DA FFCUL POR TIPO DE BENEFICIÁRIO..... | 22 |
| FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO CUSTO MENSAL COM BOLSEIROS POR TIPOLOGIA DE PROJECTO..... | 23 |
| FIGURA 5 – EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE BOLSEIROS POR TIPOLOGIA DE PROJECTO..... | 23 |
| FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CC'S ENCERRADOS CONTABILISTICAMENTE..... | 25 |
| FIGURA 7 – INDICADORES DE GESTÃO MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE DO NPISC..... | 30 |
| FIGURA 8 – NÚMERO DE CC'S ABERTOS EM 2016 NO NPISC..... | 30 |
| FIGURA 9 – TOTAL DE PARTICIPANTES POR ÁREA CIENTÍFICA..... | 31 |
| FIGURA 10 – DESPESA MENSAL TOTAL EM PROJETOS FINANCIADOS PELA FCT..... | 34 |
| FIGURA 11 – RELACIONAMENTO ENTRE A FFCUL E A FCT - VALORES ACUMULADOS: DESPESA FEITA OU COMPROMETIDA (VERMELHO), REEMBOLSOS FCT (VERDE), VALORES JÁ VALIDADOS PELA FCT MAS AINDA NÃO REEMBOLSADOS (AZUL)..... | 34 |
| FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS DA FFCUL..... | 37 |
| FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS (DEPOIS DE IMPOSTO) DA FFCUL..... | 42 |
| FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO POR TIPOLOGIA DE PROJETO..... | 43 |
| FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA FFCUL..... | 45 |

Introdução

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, F.P. (a designar neste relatório por **FFCUL** ou **Fundação**) tem por fim fomentar atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação, realizadas no âmbito da missão da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Neste contexto a FFCUL manteve uma estrutura de recursos humanos, administrativa, técnica e logística adequada à sua missão de apoiar a comunidade científica da FCUL na promoção e obtenção de novos financiamentos, públicos e privados, de organismos nacionais e internacionais. A atividade da FFCUL e da estrutura que a suporta, têm-se pautado pela harmonização e articulação com as unidades da Faculdade, numa perspetiva (comum) de não duplicação de serviços e funções.

A história institucional da FFCUL desde 2012 tem sido particularmente complexa por força de iniciativas políticas que perturbaram significativamente a gestão da FFCUL e a atividade de I&D da Faculdade de Ciências. A imposição a esta fundação de regras que não fazem sentido no contexto da sua atividade específica, associada a atrasos de resposta das entidades públicas, deram origem a uma situação de gestão em que responsáveis universitários, gestores e juristas nunca vislumbraram um quadro de funcionamento inequivocamente compatível com as disposições impostas, frequentemente contraditórias. Por esta mesma razão, no final de 2016, foram tomadas iniciativas no sentido de encarar a gestão de I&D do associado único da FFCUL de uma forma radicalmente diferente, o que, tendo como objectivo dar um novo impulso ao relacionamento da FCUL com as empresas, se materializará com a extinção da FFCUL e com a criação de uma entidade de direito privado com participação maioritária de empresas privadas.

Ao longo desta Introdução, e tal como em relatórios anteriores, são apresentados os principais marcos do “histórico” do enquadramento institucional da FFCUL, nos últimos anos, e um resumo da sua atividade em 2016.

No que diz respeito à política relativa às fundações, os factos ocorridos após 2012 podem sintetizar-se do seguinte modo¹:

1. A FFCUL foi criada em **1992** pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, como uma instituição privada sem fins lucrativos.

2012

2. A **3 janeiro de 2012**, a Lei n.º 1/2012, em cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal bem como do programa do XIX Governo Constitucional, deu início ao **Censo das Fundações** do qual decorreriam expectavelmente decisões sobre a manutenção ou extinção das fundações existentes em Portugal. A FFCUL enviou atempadamente toda a informação/documentação solicitada em fevereiro de 2012;

¹ Este histórico - que tem sido objeto de diversas atualizações - pode ser consultado na íntegra no sítio da FFCUL na internet.

3. A Lei 24/2012 de **9 de julho de 2012**, que aprova a Lei-Quadro das Fundações (LQF) passou a classificar a FFCUL como uma Fundação Pública de Direito Privado (FPDP) (art. 4º do anexo) dando, no entanto, um **prazo** de seis meses para as fundações públicas adequarem a sua denominação, estatutos e orgânica ao disposto na LQF, sendo que, **após essa data** (13 de janeiro de 2013) **o disposto na lei prevaleceria sobre os estatutos**, caso estes não tivessem entretanto sido alterados;
4. A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 79-A/2012 de **25 de setembro de 2012**, decorrente do censo e avaliação das fundações nacionais, recomendou à Universidade de Lisboa (UL) - considerada pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM) a entidade fundadora da FFCUL - a sua extinção;
5. O projeto de decisão, emitido pelo Secretário de Estado da Administração Pública, relativo à extinção da FFCUL foi recebido a 25 de Setembro de 2012 tendo sido contestado em sede de audiência prévia a **8 de outubro de 2012** pelo Conselho de Administração da FFCUL;
6. O Reitor da UL reiterou a necessidade de manutenção da FFCUL a **20 de dezembro de 2012**, aceitando todavia ponderar a adaptação da FFCUL às regras dos Institutos Públicos.

2013

7. A **11 de janeiro de 2013**, ainda sem decisão final do governo relativamente a extinção de várias das fundações, e por esta decisão afetar significativamente as adaptações necessárias à LQF, a PCM (Despacho 684/2013) prorrogou por seis meses a data a partir da qual esta lei prevaleceria sobre os estatutos vigentes das fundações, adiada assim para **13 de julho de 2013**;
8. Num tal contexto, considerou-se não se justificar iniciar a alteração dos procedimentos de gestão antes da decisão definitiva, pelos custos significativos em que a FFCUL iria incorrer e conseqüente risco de disrupções operacionais. No entanto, os procedimentos de gestão da FFCUL mantidos neste período de incerteza enquadraram-se indubitavelmente no **espírito da lei** vigente e nos **pressupostos de economia, eficiência e eficácia** e ainda de **transparência** exigidos à gestão pública;
9. Só a **8 de março de 2013** através da RCM 13-A/2013 se aceitou, com base na autonomia da UL, a manutenção da FFCUL, com as necessárias adequações ao disposto na LQF. As alterações de gestão começaram a preparar-se de imediato;
10. Os **Estatutos** foram revistos numa primeira reunião de Conselho Geral (CG) da FFCUL a 11 de abril de 2013, tendo sido posteriormente aprovados num segundo CG a **3 de junho de 2013** e remetidos à PCM para aprovação a 5 de junho de 2013;
11. A 25 de julho de 2013 tomou posse o primeiro reitor da nova Universidade de Lisboa (ULisboa), na sequência da fusão das anteriores Universidade de Lisboa e Universidade

Técnica de Lisboa. Foram então aprovados os novos Estatutos da ULisboa e, na sequência, revistos os Estatutos da Faculdade de Ciências em Novembro de 2013;

12. Neste contexto, considerou-se necessário voltar a alterar os estatutos da FFCUL, face à decisão do Reitor da ULisboa, que considerou que a tutela da FFCUL deveria ser assumida pela Faculdade de Ciências, única entidade instituidora da FFCUL. Foi assim aprovado em CG de **11 de dezembro de 2013**, e novamente enviado à PCM, um **aditamento à proposta de alteração de Estatutos**.
13. **Gestão de Pessoal:** a 22 abril de 2013 fora solicitado à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (**DGAEP**) que se pronunciasse sobre o enquadramento e procedimentos na transição do regime jurídico dos funcionários da FFCUL. A DGAEP respondeu que da leitura da LQF decorria que só após adequação dos estatutos da FFCUL seria possível aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas e que a LQF nada previa quanto à atribuição do vínculo de direito público aos atuais trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho (CT);
14. Com este esclarecimento da DGAEP, ficou claro que o novo regime de pessoal apenas seria aplicável aos contratos celebrados após adequação dos estatutos à LQF. A FFCUL passou portanto a ter de aplicar **dois regimes em simultâneo**: o regime privado a todos os *atuais* funcionários da FFCUL e o regime público aos trabalhadores a admitir depois da adequação dos estatutos;
15. Em 4 de dezembro de 2013, perante a ausência de resposta da PCM, a Fundação informou a DGAEP que mantinha em aplicação o regime jurídico de trabalho privado pois não dispunha ainda da decisão da PCM. Em **30 de abril de 2014**, a DGAEP respondeu considerando ser seu entendimento que a Fundação deveria passar a aplicar o regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas, por já ter sido ultrapassado o prazo legal previsto na LQF para adequação dos estatutos;
16. **Gestão financeira:** a 22 de abril de 2013, face ao enquadramento do referencial contabilístico aplicável às Fundações Públicas de Direito Privado, fora posto à consideração da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a possibilidade da FFCUL manter o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das entidades do setor não lucrativo (ESNL) como referencial contabilístico. Em resposta, e 27 de maio de 2013, a CNC recomendou que esta pretensão fosse apresentada à PCM, mas manifestou desde logo a sua concordância em nome da racionalidade económico-financeira e da iminente criação um novo normativo contabilístico nacional para o setor público, efetivamente entretanto publicado mas só a 11 de setembro de 2015 (Decreto-Lei n.º 192/2015);
17. O pedido da FFCUL de **manutenção do SNC-ESNL** foi assim remetido à PCM a 5 de junho de 2013, por esta reenviado para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que concordou e fez seguir para o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que também deu a sua concordância. A PCM deu a conhecer este parecer à FFCUL a **6 de março de 2014**;

18. O Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, veio finalmente estipular na alínea g) do seu artigo 3º que, para efeitos de normativo contabilístico, às fundações, entidades do sector não lucrativo (ESNL), se aplica o SNC.
19. **Orçamento de Estado: a 16 de agosto de 2013** a FFCUL fora informada pela Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (DGPGF – MEC) que tinha sido considerada “Entidade Pública Reclassificada” (EPR), nos termos do anexo I da Circular, série A, n.º 1374 da Direção-Geral do Orçamento (DGO). Neste contexto, a FFCUL elaborou e submeteu, a **6 de setembro de 2013** a sua primeira proposta de **Orçamento para 2014**, posteriormente oficializada no OE 2014, apesar de não receber quaisquer verbas públicas (a não ser através dos contratos de I&D em programas competitivos geridos por entidades públicas, como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)). A proposta anual de orçamento de estado tem desde então sido então preparada e submetida;
20. Tendo em vista os reportes periódicos exigidos pela DGO para controle da execução orçamental, a FFCUL - por não ter tido de alterar o seu sistema contabilístico - ajustou-se às novas exigências iniciando no final de 2013 a implementação de um módulo de Gestão Orçamental (**GOA** – Gestão Orçamental Alvo) que funciona sobre a plataforma de sistema contabilístico ERP PRIMAVERA, para automatizar o processo de controlo orçamental, compromisso e cálculo de fundos disponíveis, conciliando os dados contabilísticos com as necessidades de gestão de despesa e receita, inerentes ao reporte orçamental exigido. Esta implementação só se tornou totalmente operacional em julho de 2014.

2014

21. Em maio de 2014 a implementação inicial dos principais módulos do GOA permitiu iniciar a elaboração dos processos de compromisso e de registo de despesa por esta via. Até então foram mantidos sistemas de controlo e requisição de despesa paralelos ao sistema contabilístico, para assegurar o cumprimento do CCP e o reporte à DGO.
22. A partir de maio de 2014, toda a despesa passou a ser inserida no sistema contabilístico da FFCUL via GOA, sendo daí retirada toda a informação necessária aos reportes mensais à DGO, embora só de uma forma automatizada a partir de dezembro de 2014. Os reportes desde então foram encerrados atempadamente e com sucesso.
23. **Estatutos: A 9 de maio de 2014** a PCM remeteu à FFCUL um ofício solicitando duas pequenas alterações aos estatutos enviados para aprovação a 17 de dezembro de 2013 (ver ponto 12). A FFCUL iniciou de imediato as diligências necessárias para lhe dar satisfação. A de **30 de junho de 2014** o CG da FFCUL aprovou a nova proposta de estatutos, que, de acordo com o entendimento da Fundação, foi remetida para a PCM para aprovação a 3 de julho de 2014;
24. A **10 de dezembro de 2014** a PCM fez saber que aguardava informação sobre o cumprimento, por parte da FFCUL, dos procedimentos de publicação e publicitação dos

estatutos. A FFCUL contestou, informando aguardar decisão da PCM desde Julho de 2014 para proceder à sua publicação. Já em **16 de janeiro de 2015** a PCM informou que sendo a FFCUL uma FPDP, a alteração dos seus estatutos constituíam competência do seu instituidor público, a FCUL, necessitando unicamente da sua deliberação de aceitação da alteração estatutária para proceder à sua publicação.

25. **Contratação de investigadores:** A 9 de julho de 2014 a Fundação pediu à DGAEP esclarecimentos sobre que **opções de contratação** poderia utilizar sem recurso a concursos públicos para contratação de investigadores em projetos que incluíssem a contratação do próprio investigador proponente (nomeadamente projetos Europeus, programa Marie Curie, ERC, entre outros);
26. A 31 de julho de 2014 a DGAEP respondeu que o Decreto-Lei 125/99 se encontrava revogado e que para a contratação de investigadores para projetos, sem recurso a concursos públicos “...importa(ria) fazer uma **leitura atualista** do mesmo [DL 125/99] tendo em conta a LVCR...” (Lei nº 12-A/2008) e a LTFP (Lei nº 35/2014).

2015

27. **Estatutos:** A Fundação solicitou ao Conselho de Gestão da FCUL a aprovação da alteração dos Estatutos, o que aconteceu em fevereiro de 2015. Foi celebrada, em 5 de março de 2015, escritura pública de alteração dos Estatutos. Foi solicitada a 20 de março de 2015 a publicação dos estatutos em **Diário da República**, o que se verificou a **6 de abril de 2015** (DR, 2ª Série, n.º 66 de 06 de abril de 2015). O processo de adaptação dos Estatutos da Fundação à LQF prolongou-se assim, pelas razões descritas, entre 3 de junho de 2013 e 6 de abril de 2015.
28. **Contas IGCP:** A 16 de abril de 2015, logo após a publicação dos seus Estatutos, a Fundação iniciou o processo de abertura de contas na Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP E.P.E. (IGCP), de forma a, progressivamente, transferir os movimentos financeiros dos novos projetos de I&D para contas públicas e cumprir o princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE). A IGCP opôs-se num primeiro tempo à abertura das quatro contas que Fundação necessita para, cumprindo recomendações de auditoria e da Comissão Europeia, otimizar o seu funcionamento e acelerar a reconciliação bancária. Após as devidas justificações, a IGCP acabou, a 15 de julho de 2015, por aceitar, não sendo todavia óbvio que tivesse também aceite que a utilização das contas fosse **gradual e apenas para os novos contratos**, para não obrigar a alterar centenas de contratos de I&D nacionais e internacionais.

Foi neste contexto que a DGO informou a Fundação, a 20 de julho de 2015, de que tal pedido (utilização gradual e progressiva das contas IGCP em novos contratos de I&D) deveria ser validado pela IGCP. O mesmo foi aliás reiterado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) que em contactos feitos em setembro de 2015, no âmbito do inquérito de avaliação do cumprimento do princípio da UTE, recomendou que a Fundação, formalmente, pedisse dispensa de cumprimento do princípio de UTE à IGCP. A Fundação seguiu esta recomendação em 8 de outubro de 2015. Em 21 de dezembro de

2015, a FFCUL foi informada que tal pretensão tinha sido negada (despacho do Secretário de Estado da Adjunto, do Tesouro e das Finanças sobre informação no mesmo sentido do IGCP), o que obrigou a Fundação a iniciar o processo de alterar o NIB das contas associadas a cerca de 120 contratos de I&D, junto de todos os seus contratantes.

29. A 10 de setembro de 2015 foi publicada, infelizmente sem grandes alterações nem consequências positivas operacionais, a primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações – Lei 150/2015 (DR, 1ª Série, n.º 177 de 10 de setembro de 2015). O Centro Português de Fundações (CPF), do qual a Fundação é associada, no seu parecer à proposta de Lei, refere que: *“...seria desejável uma clarificação do conceito de fundação pública de direito privado, aliás já referido pelo Conselho Consultivo das Fundações no seu parecer a esta Proposta de lei, e sobretudo que a esta tipologia de fundações sejam aplicadas as regras operativas (de orgânica e gestão corrente) aplicáveis às fundações privadas, sem prejuízo de regras de transparência adequadas à presença de fundos públicos.”*
30. **Contratação de investigadores:** Após a publicação dos Estatutos da Fundação foram novamente pedidos esclarecimentos sobre a contratação de investigadores, tendo a DGAEP respondido a 3 de julho de 2015 que, *“...face às disposições da lei preambular, em especial os seus artigos 7.º a 9.º, a leitura atualista do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20/04, remete-nos para os artigos 33.º e seguintes da LTFP, relevando, para o efeito, o n.º 6 do artigo 36.º, no que respeita ao método de seleção a utilizar nos procedimentos concursais para constituição de vínculos de emprego público a termo, sendo que este preceito, ao contrário do que estabelecia a alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, não salvaguarda o disposto em lei especial...”*.
31. A 9 de julho de 2014 e novamente a 10 de julho de 2015, perante ausência de resposta, a Fundação informou a, à data, **Secretária de Estado da Ciência** (Maria Leonor Parreira) da situação, solicitando a melhor atenção que pudesse ser dada à matéria, face à manifesta incompatibilidade com outras declarações públicas relativas à política de ciência, ao financiamento europeu e à contratação de investigadores. Em 15 de setembro de 2015 foi recebida resposta, todavia **totalmente inconclusiva e manifestamente impotente**, remetendo para uma revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que não tinha sido possível reformar durante a legislatura pois algumas normas não suscitaram consenso entre os diversos intervenientes.
32. **Definição da tutela da Fundação:** A definição da tutela foi sempre uma questão pacífica para a Fundação, dada a inequívoca identificação da entidade instituidora, a Faculdade de Ciências, e do entendimento do Reitor da Universidade de Lisboa de que a tutela da Fundação deve ser exercida pela Faculdade. A partir de junho de 2015, no âmbito de pedidos diversos ao IGCP, DGO, IGEFE-MEC - de natureza operacional e relativos a pedidos prévios de execução de despesa – a Fundação foi confrontada com o facto de essas entidades terem dúvidas relativamente a esta matéria;

- a. Através da Faculdade de Ciências, foi pedido o entendimento da Secretaria de Estado do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência (MEC) (tutela da faculdade). Em documento de 27 de julho de 2015, confirmava-se que a tutela deveria caber à instituição instituidora. Veiculado esse entendimento para as instituições atrás referidas, a Fundação continuou a ser confrontada com ausência de resposta aos seus pedidos que, como se veio a entender, resultava da dificuldade de que a tutela administrativa não se presume, pelo que só existe quando a lei expressamente a determina;
- b. Contactos diretos com o MEC em 7 de outubro de 2015 levaram a Fundação a solicitar a intervenção do MEC junto da PCM para que esta matéria se resolvesse rapidamente, e que o MEC, através da Secretaria de Estado do Ensino Superior, assumisse a **tutela política da Fundação**, sem o que a atividade operacional da Fundação ficaria seriamente comprometida e a sua ação significativamente tolhida;
- c. Com a alteração de governo e da organização ministerial em novembro de 2015, a FFCUL realizou de imediato contactos com a Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior (SE MCTES), disponibilizando-se para voltar a explicar toda a situação aos novos gabinetes e solicitando uma clarificação célere, para que o assunto fosse definitivamente resolvido. Muito embora se reiterasse que a tutela administrativa da FFCUL deveria caber ao MCTES, 2015 terminou sem que existisse uma decisão (e publicação) formal (porventura da PCM) a confirmar tal situação.

2016

33. *Contratação de investigadores*

- a. Em fevereiro de 2016 e por iniciativa do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) (Manuel Heitor), foi alterada a redação do artigo 23º na proposta da Lei do Orçamento do Estado (LOE) de 2016, com o objectivo de restaurar a capacidade das Instituições de Ensino Superior Público (IESP) para contratar docentes e investigadores para rejuvenescimento do corpo docente e de Investigação. A Fundação considerou insuficientes tais medidas, disso tendo informado o Ministro e a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Fernanda Rollo), pois as disposições contidas na LOE (medidas de flexibilização da atividade de I&D) aplicavam-se apenas às IESP.
- b. A Fundação recordou aos membros do governo ser juridicamente independente da FCUL, não ter, no seu objeto, o “ensino” e não ser, portanto, uma IESP. Recordou ainda que a mesma limitação se aplicaria a muitas outras instituições que gerem I&D, as quais não se encaixariam na categoria de IESP. Considerava-se assim ser essencial que a lei – e no que dissesse respeito à atividade de I&D – tivesse como destinatários não só as IESP, mas também as

entidades gestoras de I&D, públicas ou privadas, desde que devidamente reconhecidas pela FCT, pois só assim tais medidas de flexibilização da gestão de I&D cumpririam o seu objetivo e incidiriam sobre a totalidade do sistema público de I&D, facilitando, nomeadamente, a contratação de investigadores associados a projetos de I&D.

- c. Em agosto de 2016 foi publicado pelo MCTES o Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto que aprova um regime de contratação de doutorados com o intuito de estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, promover o rejuvenescimento das instituições que integram o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), bem como valorizar as atividades de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico, de gestão e de comunicação de ciência e tecnologia nessas instituições. Todavia, não obstante a intenção do legislador em facilitar a contratação de cientistas, este DL gerou inúmeras dúvidas, até à data não clarificadas, que impedem a sua operacionalização, estando, aliás, em revisão no Parlamento.
- d. O DL 57/2016 é uma ferramenta importante nos casos em que é possível e desejável a abertura de concurso, mas ostensivamente ignora-se a imprescindível integração com o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, nomeadamente com os decretos-lei 124/99 e 125/99 e as opções de contratação sem recurso a concurso público para contratação de investigadores em projetos que incluam a contratação do próprio investigador proponente (nomeadamente em projetos Europeus, programa Marie Curie, ERC, entre outros). Atempadamente, a FFCUL deu conta de todas estas dificuldades à FCT e ao MCTES, sem consequências até à data.

34. Contas IGCP

- a. Dada a proximidade da resposta ao pedido de 2015 de dispensa de cumprimento do princípio de UTE, não foi efetuado pela FFCUL em 2016 novo pedido de dispensa. Todos os esforços foram concentrados em aumentar a utilização das contas IGCP nos movimentos de receita da Fundação, em conformidade com as indicações recebidas. Foram alterados não só os NIB associados aos novos contratos, mas também todos os contratos em execução e passíveis de serem alterados. Assim, à data, a quase totalidade de receita da FFCUL é creditada nas contas IGCP.
- b. Tanto quanto tem sido transmitido por outras entidades do sector público à FFCUL, nomeadamente a Universidade de Lisboa e a Faculdade de Ciências (tutela), a lei não impede a existência de contas bancárias comerciais com fins operacionais, desde que a entrada de receita seja feita pelo IGCP, garantindo máxima transparência nos fluxos financeiros associados à atividade das entidades públicas. É, portanto, nesse pressuposto que a FFCUL tem vindo a proceder. As disponibilidades mantidas na banca comercial resultam de valores anteriormente aí acumulados, de raras creditações por projetos, e de reforços

pontuais provenientes das contas IGCP para, por exemplo, realizar pagamentos em lote ou ao estrangeiro, ou pagamento de serviços, funções muito pouco ágeis ou inexistentes no IGCP.

- c. No quadro da aplicação do princípio da UTE, todos os juros comerciais são regularmente transferidos para o Estado. O montante de juros auferido pela FFCUL é diminuto e resultante da existência de contas de depósito a prazo antigas, que estão gradualmente a ser desmobilizadas e encerradas, não sendo executado pela FFCUL qualquer investimento financeiro. Enquanto tais contas vigorarem, a FFCUL continuará, como lhe compete, a apurar trimestralmente o juro líquido gerado e a entregá-lo ao Estado.
- d. Não obstante, a FFCUL foi de novo incitada pela IGF, em setembro de 2016, no âmbito do inquérito de avaliação do cumprimento do princípio da UTE, a apresentar pedido de dispensa do cumprimento da regra da UTE para 2016, o que foi feito a 4 de outubro de 2016. Apesar da resposta ao pedido de dispensa do cumprimento da UTE ter sido negativa, a mesma incitava unicamente a um maior uso dos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP.
- e. Em março de 2016, no âmbito de interações com a DGO relativas às disponibilidades bancárias mantidas na banca privada, foi explicado que já em 2014, ano em que a FFCUL realizara pela primeira vez OE, tinham sido integrados no OE, como saldos transitados da FFCUL, os valores que no final de 2013 se encontravam registados nas contas bancárias da FFCUL, todas da banca comercial. Assim, o valor mantido na banca comercial, e reportado regularmente à DGO, resultava de valores recebidos antes do início da obrigatoriedade de cumprimento da UTE.
- f. Não obstante, já em inícios de 2017, o Conselho Diretivo da FFCUL deliberou encerrar, as contas comerciais passíveis de ser encerradas, transferindo o respectivo saldo para as contas do IGCP.

35. Pedidos de autorização prévia de despesa e tutela da Fundação: O atraso na formalização da tutela administrativa da Fundação teve implicações importantes na sua operacionalidade, que assim se viu impedida de respeitar inteiramente o CCP e as regras de contratação. Com efeito, como FPDP, a Fundação deveria seguir procedimentos específicos (e.g pedidos prévios de autorização de despesa). Todavia, no período entre a publicação da LQF, a publicação dos estatutos alterados e a formalização da nova classificação da instituição e dos seus órgãos junto das autoridades competentes, tal não era possível. Ultrapassada esta formalização persistem, no entanto e por razões que ultrapassam a Fundação, as dificuldades de operacionalização. O exemplo que se segue relativo a missões, é extremo e significativo (para pormenores, deve ser lido o Histórico).

36. Missões

- a. Em junho de 2015 a Fundação requereu à Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (IGEFE) autorização para a realização da despesa em viagens e alojamentos no valor estimado de 800 k€, incluindo IVA. Após várias interações, em 8 de agosto de 2016, a Secretaria Geral do Ensino Superior (SGEC) informou a FFCUL que, de acordo com o parecer da DGO e despacho do Secretário de Estado do Orçamento, para ultimar o pedido seria necessário que a FFCUL solicitasse um parecer prévio da Secretaria de Estado da Administração Pública, cf nº 5 do artº 35 da Lei 7-A/2016, 30 de março (Lei que aprova o OE 2016) e a demonstração de que não transitariam para 2016 encargos acrescidos da mesma natureza face a 2015, cf nºs 1 e 2 do mesmo artigo.

- b. Após vários pedidos de esclarecimento relativos à forma de obter o que estava a ser solicitado, a FFCUL respondeu, a 29 de setembro de 2016, que a atividade da Fundação depende do valor da execução e do número de projetos que tem no ativo. Tal significa que mais despesa de um ano para o outro significa mais orçamento competitivo aprovado e boa execução dos compromissos assumidos com os financiadores e, por isso, na atividade da FFCUL, “gastar mais” significa “executar mais”, o que é positivo, dado que reflete um maior número de projetos de ID&T, ou projectos de maior complexidade e relevância. Foi também explicado que 2015 fora um ano especialmente mau, nomeadamente porque, como consequência do início atrasado e atribulado do novo triénio 2015-2017 de financiamento das UI&Ds, a execução (despesa feita) desses projetos estratégicos fora anormalmente baixa. Por outro lado, os PTDC candidatados em 2014, apesar de aprovados, só foram homologados e iniciados em 2016. Estas duas razões fizeram diminuir significativamente o valor gasto em viagens e alojamentos em 2015. O ano de 2016 estava a ser um ano de retoma da atividade, sendo que o valor já pago em 2016 ultrapassava – felizmente - o valor pago em 2015 em período homólogo e que se previa que o pedido inicial de 800 k€ constituía uma estimativa correcta. Os projetos são resultado de concursos financiados a 100% e as receitas da FFCUL nunca incluem verbas diretas do OE. Este aumento de atividade é, como referido, positivo mas impedia a demonstração requerida de que não ocorreria aumento de encargos em 2016 face a 2015, nos termos do artº1 do artigo 35º da Lei 7-A/2016 (LOE 2016).

- c. A 10 de outubro de 2016 o Secretário-geral de Educação e Ciência, Dr. Capaz Coelho - a quem a FFCUL só tem a agradecer todo o apoio - respondeu que o processo subjacente à portaria de extensão de encargos, necessária nos termos da lei, se encontrava corretamente instruído do ponto de vista orçamental, mas que a demonstração da inexistência do aumento de encargos em 2016 face a 2015 constituía uma exigência da lei do orçamento do Estado e assim teria de ser feita. Mais acrescentou que não podia ser defendido que quanto mais se gastasse melhor, sob o ponto de vista do incremento da atividade da FFCUL ou dos orçamentos competitivos, dado que esta entidade era considerada uma entidade que se rege pelas mesmas regras e princípios aplicáveis aos serviços e

fundos autónomos, logo deveria pautar a sua atividade pela ótica do não aumento da despesa pública no conjunto das administrações públicas. Aconselhou ainda que a FFCUL procurasse demonstrar a variação da despesa nos anos anteriores, podendo afirmar, se dados o sustentassem, que 2015 tinha sido um ano atípico ou de fraca atividade e que essa despesa, sendo instrumental, seria absolutamente necessária à prossecução das atividades planeadas e já em execução para 2016/2017, sendo integralmente suportada por Receitas Próprias + Fundos Europeus e não por Receitas Gerais, além de outros argumentos e demonstrações financeiras que pudesse sustentar junto da DGO.

- d. Os parágrafos anteriores deverão ser suficientes para demonstrar que a FFCUL envidou todos os esforços para resolver um problema que, todavia, não é certo poder resolver...

37. O DL n.º 192/2015 de 11 de setembro aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), desenhado pela CNC de forma consistente com o SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS). A 26 de abril de 2016, a FFCUL solicitou o parecer da CNC sobre o seu enquadramento por forma a assegurar a escolha acertada do referencial contabilístico a aplicar a partir de 2017: SNC-ESNL ou SNC-AP. Em julho de 2016, a CNC respondeu que o referencial aplicável deveria ser o SNC-AP. A adoção do SNC-AP obriga a novas alterações ao sistema contabilístico ERP PRIMAVERA, certificação TOC também na parte orçamental e conseqüente alteração do circuito de cabimento, requisição e registo despesas e a um novo regime de amortizações. Apesar do adiamento para 2018 da entrada em vigor deste referencial, os custos financeiros, contratuais e operacionais com esta mudança ascenderão a cerca de 60 k€ para instalação do módulo AP (Administração Pública) do sistema contabilístico.

38. Extinção da FFCUL e transferência da actividade

- a. A FCUL pode criar e fazer parte de entidades de direito privado que a coadjuvem no estrito desempenho dos seus fins, e nelas delegar, através de protocolo, a execução de certas tarefas, designadamente a gestão e dinamização das atividades de I&D. Neste contexto, a gestão das atividades de I&D da FCUL tem, na sua quase totalidade, sido realizada pela Fundação. Todavia, com as difíceis condições de gestão da FFCUL na sequência da sua reclassificação como entidade pública, analisaram-se alternativas e experiências semelhantes. A FCUL decidiu assim, face às dificuldades da FFCUL, dar um novo impulso ao seu relacionamento com as empresas, constituindo a **FCiências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências**, uma *associação de direito privado* sem fins lucrativos, com os seguintes parceiros:

- FCUL,
- Maxdata Software, S.A.,
- ESRI Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.,

- SAER - Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda.,
 - Sapec Portugal - SGPS, S.A.,
 - SGS PORTUGAL – Sociedade Geral de Superintendência, S.A.,
 - StartFactor, Statistical Consulting and Training.
- b. Nestes termos, e na sequência da decisão do Conselho de Escola da FCUL de participar na FCIências.ID (26-10-2016), da decisão do Conselho Geral da Fundação de aprovar a transferência da atividade para a FCIências.ID (14-11-2016), e do ato público de constituição da associação (9-1-2017), foram iniciados os contactos com as entidades financiadoras da FFCUL para reconhecimento da FCIências.ID e transferência das responsabilidades contratuais, utilizando o instituto de “cessão de posição contratual” (aplicável a todos os contratos de I&D, de pessoal e de bolsa).
- c. As contas de 2016 descritas neste relatório foram estruturadas com apoio do auditor de forma a facilitar a identificação do património da Fundação, assumindo-se claramente a perspectiva de transferência para a FCIências.ID da actividade e das responsabilidades associadas, designadamente em matéria de recursos humanos.
- d. O Fiscal Único da FFCUL validou esta estruturação. A função do Fiscal Único é acompanhar o processo e fiscalizar a forma como será feita a transferência de atividade, i.e, verificar o que é e o que não é transferido, para certificação de que é satisfeito o princípio da neutralidade inerente ao processo. Apesar deste se encontrar ainda no seu início, não houve oposição a esta iniciativa.
- e. Foram realizadas reuniões com os trabalhadores da FFCUL, para garantir que compreendem perfeitamente em que consiste o instrumento de “cessão de posição contratual” aplicado aos respectivos contratos de trabalho, e para que tomem a decisão final no que a cada um disser respeito. Os trabalhadores apoiaram a iniciativa.
- f. O Reitor foi mantido informado, através do Director da FCUL e do Presidente do CD da FFCUL, de todo o processo. Dele se recolheram sugestões e, sobretudo, se confirmou o seu apoio e disponibilidade para, em tempo oportuno, informar o MCTES, o que aconteceu em 2016.
- g. A proposta de extinção da FFCUL apenas será feita pelo Director da FCUL ao Conselho de Escola depois de transferida a totalidade da actividade da Fundação para a FCIências.ID, que deverá estar consumada em torno de finais de 2017. Só então será objecto de decisão, nos termos dos Estatutos da FFCUL, o destino do património residual da Fundação.

(fim do Histórico)

Neste contexto, o quadro de gestão em 2016 manteve-se ainda mais complexo do que em 2015, em termos institucionais e operacionais. Pretendeu-se reduzir, tanto quanto possível, os atrasos na execução dos projetos e manter o mesmo nível de eficiência e profissionalismo na interação com os investigadores e no reporte às entidades financiadoras, de acordo com a legislação em vigor.

Para fazer face a todas as suas responsabilidades, a FFCUL contou em 2016 com 31 colaboradores, sem necessidade de reforço por trabalhadores avençados.

Relativamente ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tradicionalmente maioritário na execução da FFCUL, e especificamente às transferências da FCT para a FFCUL relativas aos projetos, foi mantida a estabilidade no reembolso dos reportes analisados. Não obstante, no quadro do Programa de Financiamento de Projetos Nacionais – o programa com maior participação dos investigadores da FCUL (Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos, os PTDC) e cujos resultados só foram divulgados em agosto de 2015 - os projetos só se iniciaram em maio de 2016 não tendo, neste período sido aberto nenhum novo concurso tão abrangente, pelo que os indicadores associados ao número de candidaturas diminuiu significativamente, embora o número de projetos e valores de execução e do financiamento FCT tenham aumentado face a 2015.

Relativamente às 19 Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D) geridas pela FFCUL e que iniciaram a sua atividade em janeiro de 2015, apesar da respetiva situação de financiamento pela FCT só ter sido formalizada em junho de 2015, houve uma recuperação dos níveis de execução, a qual se foi intensificando ao longo de 2016, com particular relevância para o 2º semestre.

No contexto da política de reforço à internacionalização do financiamento da atividade de I&D, tinha já sido intensificado desde 2014 o esforço para aumentar o número de candidaturas internacionais, nomeadamente no apoio à divulgação (e participação) do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação para o período 2014-2020 - Horizonte 2020 (H2020), que se traduziram em novos projetos em 2015 e também em 2016. Em particular, considerou-se da maior importância o apoio a iniciativas que envolvessem a coordenação de projetos, bem como as iniciativas no âmbito do Programa do European Research Council (ERC). E, com efeito, em 2016 ocorreram as primeiras aprovações de bolsas ERC: um projeto no âmbito das Starting Grants e outro no âmbito das Consolidating Grants. Estes projetos só serão contratualizados em 2017, não tendo impacto financeiro em 2016.

Assim, em termos operacionais, em 2016:

- A FFCUL apoiou os investigadores da sua comunidade científica, assegurando a gestão administrativa e financeira de 690 Projetos (494 ativos + 48 concluídos + 148 encerrados) com um movimento financeiro na ordem dos 10 M€, num contexto económico-financeiro e legal muito complexo.

- Iniciaram-se 95 projetos com financiamento nacional num montante 8,4 M€ (dez vezes superior ao valor correspondente de 2015). No mesmo período, foram submetidas 43 candidaturas nacionais (das quais 28 como entidade proponente) envolvendo 2 M€, valor muito inferior ao de 2015.
- No que se refere a projetos europeus, verificou-se um aumento do número de novos contratos, 14 (10 em 2015), mas com um financiamento de 666 k€, i.e. muito inferior ao de 2015. Por outro lado, foram apresentadas 68 candidaturas (34 como entidade proponente), envolvendo um valor de 49 M€ para a FFCUL, muito superior ao de 2015.
- Na vertente de Investigação sob contrato, iniciaram-se 50 novos contratos, um aumento em relação a 2015 (46), mas com menor financiamento contratado (826 k€ em 2016, face a 1,3 M€ em 2015).
- A FFCUL manteve as relações contratuais com 437 colaboradores, a maioria dos quais (391) Bolseiros associados a atividades de I&D.

Ao nível dos resultados financeiros de 2016, destaca-se:

- A FFCUL obteve rendimentos de 8,5 M€, suportados em subsídios à exploração (6 M€), prestação de serviços (1,7 M€) e subsídios ao investimento (0,8 M€). O resultado líquido do período foi de -33.133€ (já incluindo impostos), uma pequena variação em relação ao valor correspondente de 2015, mas relevante pois pela primeira vez a FFCUL apresenta um déficit, embora facilmente absorvível pelos fundos patrimoniais.
- A estrutura de gastos da FFCUL reflete bem a atividade desenvolvida no quadro da sua missão. Cerca de 86% dos gastos apurados em 2016 (9,9 M€) referem-se diretamente às atividades de I&D. Os restantes 14% dividem-se entre os gastos da estrutura central (876 k€) e outros gastos indiretos, em que a parcela mais significativa corresponde ao pagamento à FCUL (456 k€) relativa ao aluguer de espaços e comparticipação nos custos de limpeza, segurança, energia e comunicações (Tabela 29).
- A exemplo de todo o seu passado - e a partir de 2015 também por força dos seus Estatutos - a FFCUL não incorreu em qualquer custo com os seus órgãos sociais.

1. Atividade da FFCUL em 2016

1.1 Projetos

Em 2016, foram apresentadas 173 candidaturas (Tabela 1):

| Tipo de Projecto | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | | | | | |
|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|------------|-------------------|--------------|-------------------|
| | | | | Total | | Proponente | | Participante | |
| | | | | N | Valor | N | Valor | N | Valor |
| Unidades de I & D | 28 | 28 | 19 | | | | | | |
| Projectos Nacionais (PIN) | 153 | 63 | 464 | 43 | 2 072 003 | 28 | 1 023 768 | 16 | 1 048 235 |
| Projectos Europeus (PIE) | 34 | 49 | 72 | 68 | 43 865 460 | 34 | 29 931 732 | 34 | 13 933 727 |
| Investigação sob Contrato (IsC) | 42 | 63 | 46 | 50 | 826 359 | 49 | 771 359 | 1 | 55 000 |
| Conferências, Cursos, Workshops | 15 | 14 | 11 | 11 | 73 403 | 11 | 73 403 | | |
| Total | 272 | 217 | 612 | 172 | 46 837 225 | 122 | 31 800 263 | 51 | 15 036 963 |

Tabela 1 – Candidaturas submetidas em 2016

Análise:

- Na categoria de *Projectos Nacionais*, o número de candidaturas diminuiu significativamente. Foram, no entanto, apresentadas candidaturas nos programas ERA-MBT (Biotecnologia Marinha), Waterworks 2015-2020, Arimnet 2, M-Era.Net, NSFC (China), Projectos de Infraestruturas de Investigação, PORBIOTA e FACC.
- No domínio dos *Projectos Europeus*, diminuiu ligeiramente o número de candidaturas mas o valor associado aumentou. Destacam-se os programas do H2020 (*Excellent Science, Industrial Leadership, Societal Challenges, Science with and for Society*), da Cystic Fibrosis Foundation, ESA (Agência Espacial Europeia), EuropeAid, EURAMET-EMPIR e COST.

Em 2016, iniciaram-se 189 novos projetos (Tabela 2):

| Tipo de Projecto | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | |
|---------------------------------|------------|------------------|------------|-------------------|------------|------------------|------------|-------------------|
| | Q | € | Q | € | Q | € | Q | € |
| Unidades de I & D | 28 | 1 991 126 | 28 | 1 764 438 | 19 | 2 870 310 | 19 | 3 071 635 |
| Projectos Nacionais (PIN) | 68 | 3 062 518 | 63 | 3 712 168 | 30 | 702 423 | 95 | 8 455 629 |
| Projectos Europeus (PIE) | 16 | 3 249 153 | 18 | 3 020 444 | 10 | 2 267 556 | 14 | 665 899 |
| Investigação Sob Contrato (IsC) | 42 | 852 842 | 68 | 1 901 359 | 46 | 1 318 850 | 50 | 826 359 |
| Conferências, Cursos, Workshops | 15 | 164 555 | 14 | 132 985 | 11 | 19 066 | 11 | 73 403 |
| Total | 169 | 9 320 194 | 191 | 10 531 394 | 116 | 7 178 205 | 189 | 13 092 925 |

Tabela 2 – Projetos iniciados de 2013 a 2016 por tipologia de projeto e valor do financiamento total para a FFCUL.

Análise:

- Nas Unidades de I&D, aumentou o valor do financiamento anual (+ 201.325€).
- O número de novos projetos nacionais aumentou significativamente, fruto dos projetos aprovados no concurso PTDC 2014. Nos 95 projetos iniciados em 2015, a FFCUL é *proponente* em 68 (7.485.242€) e *participante* em 27 (970.386€).
- O número de novos projetos europeus (14) aumentou, uma variação de 40% face a 2015; a FFCUL coordena 12 (465.899€) e é participante nos restantes 2 (200.000€).
- O número de novos projetos de Investigação sob contrato, Conferências e Cursos também aumentou ligeiramente, em número, no entanto o valor diminuiu -33%, face a 2015.

Em 2016 concluíram-se (material e financeiramente) 48 Projetos (Tabela 3) com maior destaque para projetos dos programas Programa AdaPT (Adaptando Portugal às Alterações Climáticas), COST, FP7, PTDC e Programa Estratégico:

| <i>Tipo de Projecto</i> | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Unidades de I & D | | 37 | 8 | 27 | 1 |
| Projectos Nacionais (PIN) | 74 | 187 | 103 | 128 | 26 |
| Projectos Europeus (PIE) | 11 | 16 | | 8 | 21 |
| Investigação sob Contrato (IsC) | 69 | | 1 | 8 | |
| Conferência, Curso, Workshop | 20 | | | 1 | |
| Total | 174 | 240 | 112 | 172 | 48 |

Tabela 3 – Projetos concluídos entre 2012 e 2016

Deu-se continuidade ao encerramento contabilístico² de Centros de Custo (CC) (Tabela 4):

| <i>Tipo de Projecto</i> | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Unidades de I & D | | 1 | 5 | 10 | 33 |
| Projectos Nacionais (PIN) | 6 | 269 | 92 | 119 | 60 |
| Projectos Europeus (PIE) | | 18 | 6 | 12 | 1 |
| Investigação sob Contrato (IsC) | 65 | 138 | 78 | 49 | 45 |
| Conferência, Curso, Workshop | 11 | 66 | 22 | 15 | 9 |
| Total | 82 | 492 | 203 | 205 | 148 |

Tabela 4 – Projetos encerrados contabilisticamente entre 2012 e 2016

O encerramento de CC's manter-se-á em 2017, face ao cenário de extinção da Fundação. Foram já encerrados, desde 2009, 2027 projetos; o número total de projetos já concluídos mas ainda não encerrados contabilisticamente é ainda significativo, mas deverá ser já residual em finais de 2017.

² A **conclusão** da execução financeira e material de um projeto significa apenas o reporte de acordo com as regras da entidade financiadora. O **encerramento** de um projeto significa o fecho do centro de custo (CC) aberto no sistema de contabilidade espelhando os movimentos de receitas e despesas de acordo com as regras do SNC.

A Tabela 5 descreve a situação global da carteira de projetos geridos pela FFCUL desde a sua formação (3036). Destaque-se o número de projetos ativos em 2016 (494):

| <i>Tipo de Projecto</i> | <i>Ativos</i> | <i>Concluídos</i> | <i>Encerrados</i> |
|---------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| Unidades de I & D | 19 | 78 | 138 |
| Projectos Nacionais (PIN) | 111 | 375 | 1127 |
| Projectos Europeus (PIE) | 35 | 62 | 76 |
| Investigação sob Contrato (IsC) | 278 | | 442 |
| Conferência, Curso, Workshop | 51 | | 244 |
| Total | 494 | 515 | 2027 |

Tabela 5 – Número de projetos geridos pela FFCUL desde a sua constituição, em 1993

1.2 Recursos Humanos

A carteira de projetos em execução em 2016 e os montantes aprovados determinam o número de colaboradores da FFCUL e o tipo dos vínculos: Contrato de Trabalho (sem termo, a termo certo ou a termo incerto) e Bolsa (de Investigação).

Os colaboradores da FFCUL distribuem-se por dois principais grupos beneficiários:

- FFCUL - Equipa Administrativa e Técnica (códigos 11-15 da Tabela 6)
- Unidades do sistema de I&D - UI&D; PIN; PIE e IsC (códigos 21-25 da Tabela 6)

| <i>Código</i> | <i>Tipos de Contrato</i> | <i>Q</i> | <i>Q (%)</i> | <i>€</i> | <i>€ (%)</i> |
|---------------|---|------------|---------------|---------------------|---------------|
| 11 | FFCUL. Contratos de trabalho sem termo | 25 | 5,7% | 570.683,50 | 15,2% |
| 12 | FFCUL. Contratos de trabalho a termo certo | 2 | 0,5% | 28.982,25 | 0,8% |
| 13 | FFCUL. Contratos de trabalho a termo incerto | 1 | 0,2% | 39.638,65 | 1,1% |
| 15 | FFCUL. Bolsas de Investigação | 3 | 0,7% | 28.086,67 | 0,8% |
| 21 | Unidades do sistema FCUL. Contratos de trabalho sem termo | 7 | 1,6% | 188.165,48 | 5,0% |
| 22 | Unidades do sistema FCUL. Contratos de trabalho a termo certo | 1 | 0,2% | 6.754,12 | 0,2% |
| 23 | Unidades do sistema FCUL. Contratos de trabalho a termo incerto | 7 | 1,6% | 282.253,12 | 7,5% |
| 25 | Unidades do sistema FCUL. Bolsas de Investigação | 391 | 89,5% | 2.599.322,29 | 69,4% |
| TOTAL | | 437 | 100,0% | 3.743.886,08 | 100,0% |

Tabela 6 – Distribuição por tipo de ligação contratual e encargos com os colaboradores da FFCUL em 2016

As Tabela 7 e a Tabela 8, bem como a Figura 1, a Figura 2 e a Figura 3, sintetizam informação relevante relativa a recursos humanos em 2016.

| Tipo de Projecto | Q | | | | € |
|---------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|---------------------|
| | Contrato sem termo | Contrato a termo certo | Contrato a termo incerto | Bolsas de Investigação | |
| FFCUL | 25 | 2 | 1 | 3 | 660.434,97 |
| Unidades de I & D | 7 | | | 87 | 862.833,69 |
| Projectos Nacionais (PIN) | | | 1 | 73 | 420.906,08 |
| Projectos Europeus (PIE) | 1 | | 5 | 135 | 1.142.834,68 |
| Investigação Sob Contrato (Isc) | | | 1 | 96 | 656.876,66 |
| TOTAL | 32 | 3 | 8 | 394 | 3.743.886,08 |

Tabela 7 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e tipo de ligação contratual

| Tipo de Projecto | Q | | | | | € |
|---------------------------------|----------|--------------------------|---------------------|------------------------|--------------|---------------------|
| | Direção | Coordenação de Programas | Gestão de Projectos | Administração & Gestão | Investigação | |
| FFCUL | 2 | 4 | 12 | 12 | 1 | 660.434,97 |
| Unidades de I & D | | | | 7 | 87 | 862.833,69 |
| Projectos Nacionais (PIN) | | | | | 74 | 420.906,08 |
| Projectos Europeus (PIE) | | | | | 141 | 1.142.834,68 |
| Investigação Sob Contrato (Isc) | | | | | 97 | 656.876,66 |
| TOTAL | 2 | 4 | 12 | 19 | 400 | 3.743.886,08 |

Tabela 8 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por beneficiário e função

Na Figura 1, representa-se a distribuição do número de colaboradores em função dos grupos beneficiários:

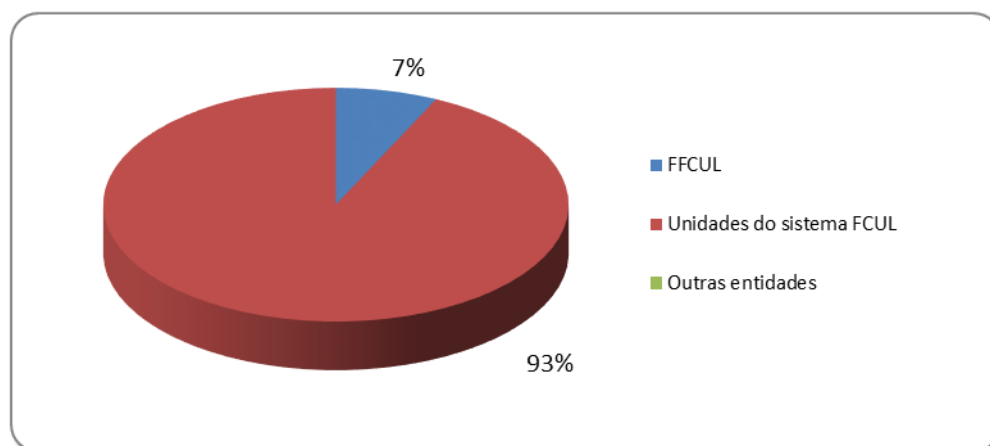


Figura 1 - Principais grupos beneficiários dos colaboradores da FFCUL

Na Figura 2, representa-se a distribuição do número de colaboradores em função da natureza do regime contratual:

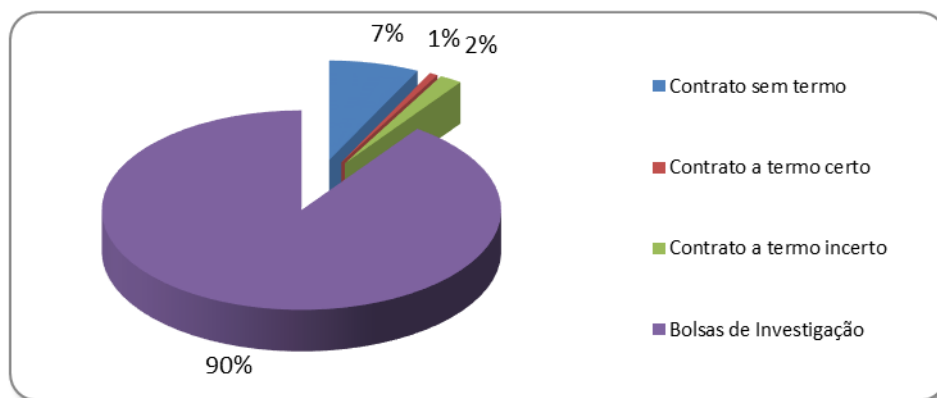


Figura 2 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de ligação contratual

Na Figura 3, representa-se a distribuição do número de colaboradores em função da natureza das funções exercidas:

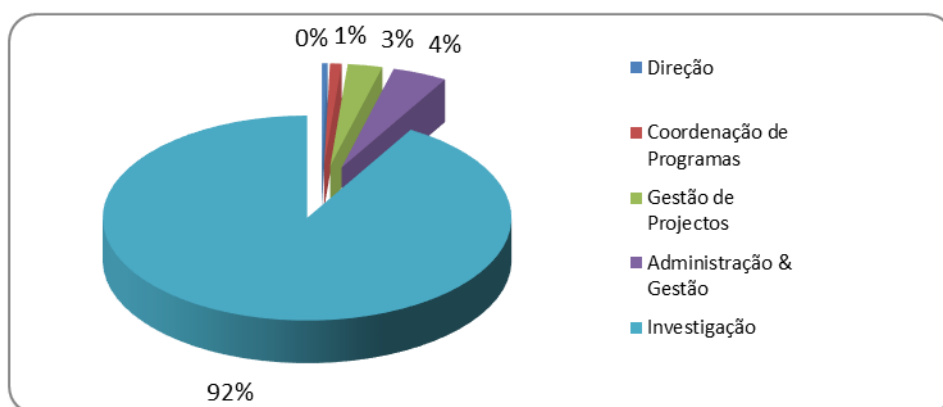


Figura 3 – Distribuição dos colaboradores da FFCUL por tipo de beneficiário

Os Bolseiros (códigos 15 e 25 na Tabela 6) constituem o grupo mais significativo. Em 2016 os indicadores associados diminuíram em número (-8) mas aumentaram em custo (310 k€) relativamente ao ano anterior, atingindo 2.627 k€. O seu financiamento foi assegurado por:

| | | |
|---------------------------------|--------------|-------|
| Fundação | 28.086,67 € | (1%) |
| Unidades de I & D | 677.135,17 € | (26%) |
| Projectos Nacionais (PIN) | 408.720,17 € | (16%) |
| Projectos Europeus (PIE) | 931.234,27 € | (35%) |
| Investigação sob Contrato (IsC) | 582.232,68 € | (22%) |

A distribuição dos indicadores relativos a Bolseiros está representada na Figura 4 e Figura 5:

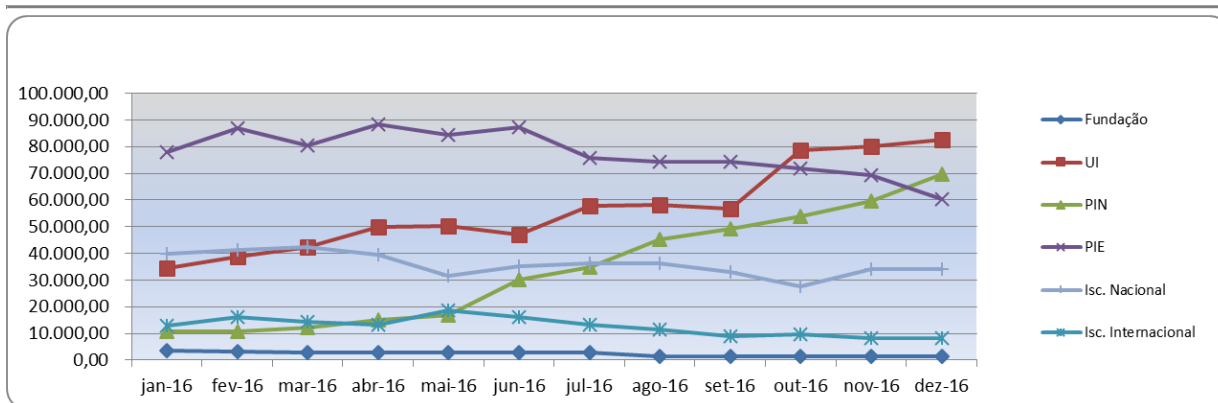


Figura 4 – Evolução do Custo Mensal com Bolseiros por Tipologia de Projecto

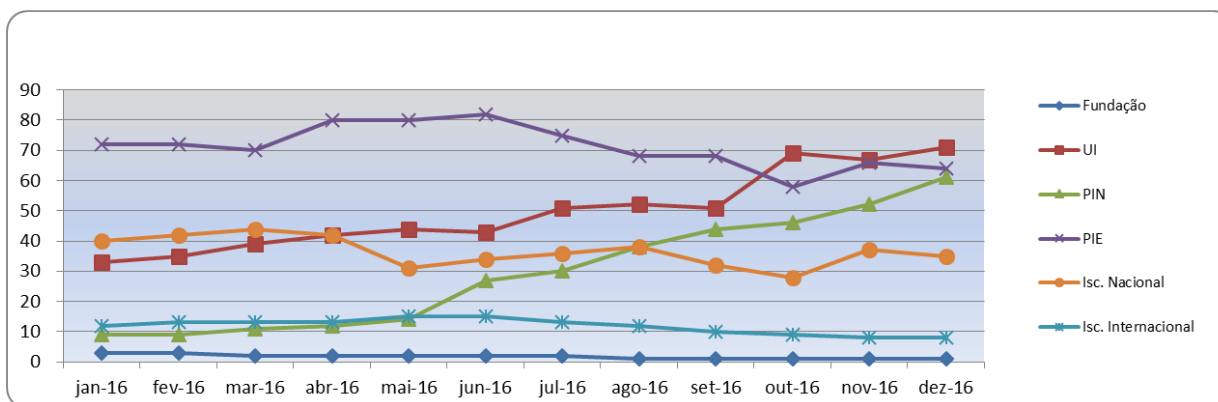


Figura 5 – Evolução Mensal do Número de Bolseiros por Tipologia de Projecto

1.3 Estrutura central da FFCUL

A Tabela 9 descreve a evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL:

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Contrato Sem Termo | 19 | 26 | 27 | 26 | 25 |
| Contratados a Termo | 8 | 4 | 8 | 3 | 3 |
| Prestação de Serviços | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia | 0 | 0 | 3 | 3 | 3 |
| TOTAL | 27 | 30 | 38 | 32 | 31 |

Tabela 9 – Evolução do número de colaboradores da estrutura central da FFCUL

A Tabela 10 descreve a evolução dos gastos de estrutura da FFCUL³:

³ Os valores relativos são extraídos, como sempre, da tabela de Estrutura de Gastos e Rendimentos (Tabela 29) e das tabelas correspondentes dos Relatórios de anos anteriores.

| Rubrica | 2015 | 2016 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Recursos Humanos | 733.090,05 | 669.736,58 |
| Aquisição de Serviços | 162.615,76 | 151.962,64 |
| Outras Despesas Correntes | 67.731,62 | 47.363,95 |
| Equipamento | 17.425,55 | 7.200,13 |
| Total | 980.862,98 | 876.263,30 |

Tabela 10 – Evolução dos gastos de estrutura da FFCUL (em €)

Análise:

- Os **Recursos Humanos** constituem a rubrica de maior peso, e abrange um grupo de 28 funcionários e 3 Bolseiros. A diminuição do seu custo (-63 k€) em 2016 decorre da caducidade de 2 contratos a termo, afetos ao núcleo financeiro e de dois contratos de bolsa; duas colaboradoras gozaram Licenças de maternidade.
- Tal como no passado, as despesas com **Aquisição de Serviços** incidem sobre os serviços de contabilidade e recursos humanos, auditoria, aconselhamento jurídico, apoio técnico informático, higiene e medicina no trabalho, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Em 2016 verifica-se uma ligeira diminuição (-11 k€) face a 2015.
- Em **Outras Despesas Correntes** contemplam-se as despesas com material de escritório, serviços de estafeta, comunicações, deslocações e formação. O valor desta rubrica diminuiu (-20 k€).
- Finalmente, a rubrica de **Equipamento** inclui a depreciação de equipamentos e os custos ou licenças de software (aparelhos de ar condicionado, impressoras / fotocopiadoras, atualização do software Primavera - nº licenças).

1.4 Indicadores de gestão da FFCUL**1.4.1 Fluxos de Pedidos de Pagamento à FCT**

Um importante indicador de gestão da atividade específica da FFCUL é o fluxo de pedidos de pagamento (PP) à principal entidade financiadora, a FCT. A geração de PP's obriga à integração da informação negociada em fase de candidatura, da execução financeira e material e da consolidação entre o sistema de informação e o sistema contabilístico.

Em 2016, como os novos projectos da FCT apenas se iniciaram no 2º semestre, e como foi reduzida a execução das Unidades de Investigação no 1º Semestre, o número de PP's diminuiu (-69%) em relação a 2015, o mesmo acontecendo à despesa reportada (-36%) (Tabela 11):

| Entidade | Valor | | | Q | | |
|------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | 2015 | 2016 | Var % | 2015 | 2016 | Var % |
| FFCUL (promotora) | 4.682.067 | 2.322.797 | -50% | 498 | 129 | -74% |
| Outras Entidades (parceiras) | 526.720 | 605.803 | 15% | 189 | 73 | -61% |
| FFCUL (parceira) | 676.086 | 816.949 | 21% | 180 | 70 | -61% |
| Total | 5.884.873 | 3.745.548 | -36% | 867 | 272 | -69% |

Tabela 11 – Despesa Reportada à FCT através de PP's em 2015 e 2016

A diminuição deste indicador é extraordinariamente relevante pois afecta directamente a geração de gastos gerais da FFCUL, logo os seus resultados líquidos.

1.4.2 Encerramento contabilístico

O número de CC's encerrados contabilisticamente constitui um indicador muito relevante para a atividade da FFCUL (Figura 6):

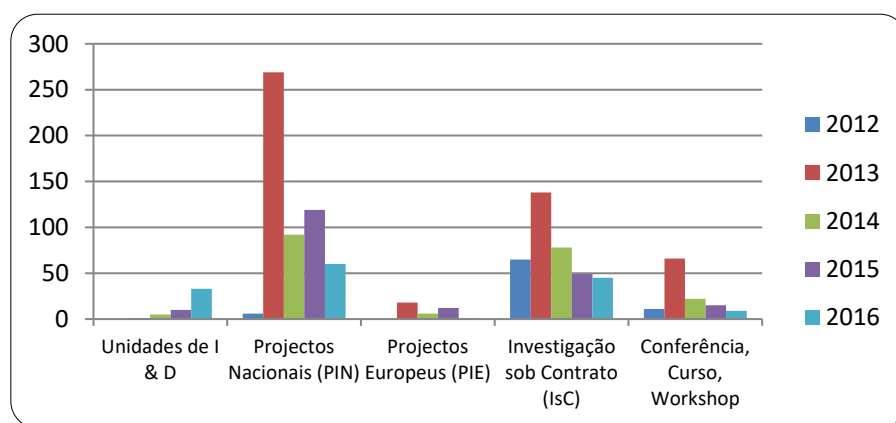


Figura 6 – Evolução do número de CC's encerrados contabilisticamente

Este processo foi iniciado, de uma forma sistemática, no 2º semestre de 2009, tendo sido já encerrados 2027 projetos. Todavia, o número total de projetos concluídos e ainda não encerrados contabilisticamente é ainda significativo (Tabela 5) e o risco financeiro associado, embora cada vez menor, mantém-se difícil de quantificar. O encerramento de virtualmente todos os CC's pendentes será, em 2017, face à transferência da atividade da FFCUL, mandatário.

1.5 Atividades dos núcleos operacionais da FFCUL

1.5.1 Atividades comuns

Como atividades transversais a todos os núcleos da FFCUL em 2016 refiram-se:

- os contributos para o sistema LOGOS / FUNDUS com informação relativa aos projetos de todos os tipos;

- a utilização operacional do sistema LOGOS / CENSUS para gerir a informação relativa a todos os bolsiros e demais contratados da FFCUL;
- a atualização da Base de Dados de Gestão Financeira de Projetos.

1.5.2 Núcleo de Projetos de Investigação Internacionais /Europeus (NPiE)

A crescente necessidade de disseminação de oportunidades de financiamento internacionais junto dos investigadores levou à organização de reuniões de trabalho com os investigadores das Unidades de I&D da FCUL para divulgar as oportunidades de financiamento de programas internacionais, em particular do H2020, familiarizar os investigadores com a estrutura e esquemas de financiamento do H2020 e divulgar o apoio prestado por este Núcleo desde a preparação da proposta até à sua aprovação.

A equipa organizou 10 reuniões de trabalho com as Unidades de I&D durante o 1º semestre de 2016, bem acolhidas pela comunidade de Ciências e serviram para divulgar os Programas de Trabalho de 2016/2017 do H2020 junto dos investigadores mais jovens, bem como oportunidades de financiamento diversas menos conhecidas dos investigadores. O interesse principal centrou-se no programa do *European Research Council* (ERC), tendo havido um maior interesse por este Programa, que se refletiu num maior número de contactos dos investigadores com o GPPQ e num ligeiro aumento das candidaturas ERC.

Foram com efeito aprovadas em 2016 duas candidaturas: uma no âmbito das *Starting Grants* e outra no âmbito das *Consolidating Grants*. Os projetos só terão início em 2017 não ficando ainda refletidos nas estatísticas de 2016.

No 2º semestre de 2016, a equipa ficou reduzida a 3 colaboradores devido à entrada em licença de maternidade de duas colaboradoras.

A atividade deste Núcleo centrou-se no apoio à preparação de candidaturas ao Horizonte 2020 (H2020) e outros Programas Internacionais, à gestão financeira necessária à boa execução dos projetos e ao acompanhamento do processo de preparação de contratos dos projetos financiados no âmbito do H2020 (incluindo uma coordenação). A redução do número de colaboradores do Núcleo impossibilitou o encerramento de projetos em 2016.

Em 2016 houve, assim, 71 projetos ativos (incluindo prestações de serviços internacionais), dos quais 3 coordenações de projetos H2020 (entre eles um projeto *Marie Skłodowska-Curie – Individual Fellowship*).

Candidaturas ao H2020 e outros Programas Internacionais

Neste período, foram apresentadas e acompanhadas a nível administrativo e financeiro pela FFCUL, 68 candidaturas (Tabela 12). As avaliações, à data, ainda não foram concluídas.

Com os Programas de Trabalho do H2020 para 2016-17 a concurso, a apresentação de propostas centrou-se principalmente nos tópicos a concurso. Foram submetidas 44 candidaturas, 18 das quais com coordenação da Fundação.

| Programa | Subprograma | Área | Call | Nº candidaturas | Nº Coordenador / Nº Participante | Financiamento FFCUL/FCUL | Total orçamentado |
|----------------------------|-----------------------|---|----------------------------------|-------------------------|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| H2020 | Societal Challenges | Health | H2020-SC1-2016-2017 | 1 | 0/1 | 359.844,00 € | 6.100.000,00 € |
| | | | H2020-SC1-2016-2017-two-stage | 3 | 0/3 | 0,00 € | 15.979.999,00 € |
| | | Environment | H2020-SC5-13-2016-2017 | 1 | 0/1 | 297.495,00 € | 5.931.815,00 € |
| | | | H2020-SC5-01-2016-2017-two-stage | 1 | 0/1 | 0,00 € | 4.570.000,00 € |
| | | Secure Societies | H2020-SEC-20-BES-2016 | 1 | 0/1 | 168.172,50 € | 8.020.921,26 € |
| | Industrial Leadership | Information & Communications Technologies | H2020-ICT-2016-2017 | 7 | 2/5 | 3.283.808,00 € | 29.177.340,25 € |
| | | | H2020-FOF-13-2016 | 1 | 1/0 | 671.500,00 € | 3.587.040,00 € |
| | | Circular Economy | H2020-CIRC-04-2016 | 1 | 0/1 | 0,00 € | 800.000,00 € |
| | Excellent Science | ERC | H2020-ERC-2016-STG | 2 | 2/0 | 2.722.679,38 € | 2.722.679,38 € |
| | | | H2020-ERC-2016-COG | 3 | 3/0 | 5.649.019,00 € | 5.862.769,00 € |
| | | Marie Curie | H2020-MSCA-ITN-ETN-2016 | 4 | 0/4 | 715.069,08 € | 6.916.377,96 € |
| | | | H2020-MSCA-RISE-2016 | 4 | 0/4 | 639.000,00 € | 4.428.000,00 € |
| | | | H2020-MSCA-COFUND-2016 | 1 | 0/1 | 106.200,00 € | |
| | | | MSCA-IF-2016 | 8 | 8/0 | 1.201.084,20 € | 1.201.084,20 € |
| | | | FETOPEN-01-2016-2017 | 2 | 1/1 | 1.145.368,75 € | 6.812.375,00 € |
| | | FET | FETPROACT-01-2016 | 1 | 1/0 | 809.562,50 € | 7.385.721,25 € |
| | | | Infrastructures | H2020-INFRAIA-2016-2017 | 1 | 0/1 | 343.000,00 € |
| | | Science with and for Society | H2020-SwafS-15-2016 | 2 | 0/2 | 249.218,75 € | 6.105.398,75 € |
| | EuropeAid | | | 1 | 0/1 | 200.000,00 € | 0,00 € |
| | EURAMET-EMPIR | | | 1 | 0/1 | 50.000,00 € | 0,00 € |
| COST | | | 4 | 4/0 | 2.080.000,00 € | 2.080.000,00 € | |
| ERASMUS+ | | | 3 | 0/3 | 0,00 € | 0,00 € | |
| ESA | | | 1 | 0/1 | 185.092,00 € | 0,00 € | |
| Cystic Fibrosis Foundation | | | 1 | 1/0 | 134.832,00 € | 134.832,00 € | |
| Outras | | | 13 | 8/5 | 1.831.020,12 € | 1.831.020,12 € | |
| Total | | | | 68 | 34/34 | 22.841.965,28 € | 124.645.373,17 € |

Tabela 12 – Candidaturas apresentadas em 2016, por programa e call

Entre os programas com maior número de candidaturas, destacam-se os temas *Information and Communication Technologies*, no pilar da Liderança Industrial, *Health*, no âmbito dos Desafios Societais, e *Marie Skłodowska-Curie (Individual Fellowships e Innovative Training Networks)* e ERC no pilar da Excelência Científica.

Tal como em anos anteriores, durante o processo de candidatura foram mantidos e usados intensamente os canais de colaboração com o GPPQ, para apoio à preparação de candidaturas, com a presença nas sessões de esclarecimento promovidas por este organismo.

Foram ainda apresentadas 4 candidaturas a *Ações COST* lideradas pela FFCUL. Foram ainda aprovadas, em 2016, quatro candidaturas de Investigadores de Ciências como Delegados Nacionais para *Ações* recentemente aprovadas.

Projectos iniciados

Em 2016 iniciaram-se 16 novos projectos internacionais, dos quais 4 financiados pelo H2020 (1 projeto coordenado pela FFCUL). Estes números refletem, por um lado, a maior competitividade no âmbito dos concursos ao H2020 e, por outro, uma maior diversificação das fontes de financiamento (Tabela 13):

| Programa | Subprograma | Área | Call | Nº projetos | Nº Coordenador / Nº Participante | Financiamento FFCUL/FCUL | Total orçamentado |
|----------------------------|--|-------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------------|--------------------------|-------------------|
| | <i>Excellent Science</i> | <i>Infrastructures</i> | H2020-INFRAIA-2014-2015 | 1 | 0/1 | 38.000,00 € | 10.000.000,00 € |
| | <i>Societal Challenges</i> | <i>Environment</i> | H2020-SC5-02-2015 | 1 | 0/1 | 200.000,00 € | 25.000.000,00 € |
| | | <i>Secure Societies</i> | H2020-DS04-2015 | 1 | 1/0 | 714.062,50 € | 3.445.875,75 € |
| | <i>Spreading excellence and widening participation</i> | <i>Twinning</i> | H2020-TWINN-2015 | 1 | 0/1 | 200.000,00 € | 999.937,50 € |
| Cystic Fibrosis Foundation | NA | NA | | 1 | 1/0 | 98.092,64 € | 98.092,64 € |
| Outros | NA | NA | | 11 | 11/0 | 252.693,31 € | 252.693,31 € |
| Total | | | | 16 | 13/3 | 1.502.848,45 € | 39.796.599,20 € |

Tabela 13 – Número de projetos iniciados em 2016, por programa e *call*

O Núcleo apoiou ainda os processos de preparação dos contratos dos projetos aprovados no âmbito do H2020, nomeadamente no que respeita à questão da inserção da FCUL enquanto *3rd party* da FFCUL, à revisão dos contratos de consórcio (*Consortium Agreement*) e ao acompanhamento do processo de inserção dos dados da instituição na plataforma electrónica da Comissão Europeia (*Participant Portal*).

1.5.3 Núcleo de Projetos de Investigação Nacionais (NPN)

Em 2016, a atividade do NPN pode ser descrita da seguinte forma:

No 1º semestre, e por via do decréscimo do número de projetos ativos financiados pela FCT, o NPN reduziu para 6 o número de colaboradores, suprimindo necessidades do NPI e do serviço de bolsas.

Esta diminuição traduziu-se numa quebra muito significativa do número anual de pedidos de pagamento emitidos, 227 no total.

Foram entretanto encerrados **168** projetos de concursos anteriores e, graças ao contato constante com as instituições congéneres nacionais, foi reforçada a consolidação financeira, com a gradual regularização dos saldos ainda existentes.

Deu-se início ao processo de assinatura e celebração de protocolos de colaboração entre investigadores, FFCUL e Instituições parceiras para a gestão dos novos projetos aprovados através do concurso PTDC/2014.

No 2º semestre, o início da execução de **65** projetos financiados pela FCT no âmbito do concurso PTDC/2014, prevista inicialmente para o início do ano, fomentou a atividade regular do NPN, não só pelo elevado montante do orçamento da maioria dos projetos, mas também

com a contratação de novos bolsiros (de 42 bolsiros em janeiro para 132 bolsiros em dezembro).

As **19** Unidades de I&D mantiveram uma execução mais intensa e regular no 2º ano do triénio de financiamento 2015-2017, respeitando integralmente as normas e regulamentos em vigor - uma das mais significativas atividades do Núcleo.

A gestão de **5** novos projetos aprovados no âmbito das diversas Cooperações Transnacionais, complementaram o universo FCT, nos quais se incluem **2** CERN 2015, **2** FACC, e **6** Cooperações Bilaterais.

Das candidaturas apresentadas ao concurso do Programa de Atividades Conjuntas (PAC) em novembro de 2015 - concurso aberto no âmbito do Portugal-2020 e destinado unicamente a Unidades de I&D - a FFCUL, através do IBEB e do BioISI, teve **1** candidatura aprovada, em parceria com a Universidade de Coimbra, cujo contrato financiado pelo COMPETE e OE só terá efeitos a partir de fevereiro de 2017.

Em 2016, a FCT abriu novos concursos em diversos programas de financiamento, objecto de **44** propostas, nomeadamente:

- Infraestruturas de Investigação, incluídas no Roteiro das Infraestruturas de Investigação **(3)**
- Cooperação Transnacional com a China, Índia, Argentina, França, Polónia, Hungria, Sérvia, Alemanha e Marrocos **(20)**
- ERA-NET em Biotecnologia Industrial: 2012-2016 **(1)**
- Projetos Conjuntos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico com a *National Natural Science Foundation of China* (NSFC) 2016-2018 **(2)**
- Cooperação Transnacional ERA-NET Cofund: *Smart Urban Futures* (ENSUF) **(1)**
- Cooperação Transnacional ERA-NET em Biologia Marinha (ERA-MBT) **(2)**
- Cooperação Transnacional WaterWorks 2015-2020: ERA-NET Cofund **(3)**
- Cooperação Transnacional ARIMNET2 – Coordenação da Investigação em Agricultura mediterrânica **(4)**
- Cooperação Transnacional M-era.Net – ERA-NET for materials research and innovation **(3)**
- Cooperação Transnacional ERA-NET European Research Area for Climate Services (ERA4CS) **(2)**
- Prémios Maratona da Saúde **(1)**
- FACC **(2)**

Das 44 candidaturas submetidas e até finais de 2016, tinham sido apenas aprovadas as 2 candidaturas ao FACC.

Estava prevista para finais de 2016 a abertura de novo concurso para financiamento de projetos no âmbito do concurso PTDC/2016, o que apenas se veio a verificar em finais de fevereiro de 2017, nos moldes definidos na plataforma Portugal 2020 e ao abrigo do novo Regulamento de Regulamento de projetos financiados exclusivamente por fundos nacionais, aplicável a candidaturas apresentadas a partir de 31 de outubro de 2016.

Paralelamente ao universo FCT, o NPN gere um número crescente de projetos financiados por outras Instituições, tais como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Gilead Sciences, Lda /

Fundação Bial / Tecnifar - Indústria Técnica Farmacêutica, SA, a Ciência Viva e a FLAD e mais recentemente a Câmara Municipal de Almada.

No final do ano, os 3 projetos financiados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) através do Programa AdaPT (Adaptando Portugal às Alterações Climáticas) foram totalmente executados e financeiramente encerrados.

O NPN continuará a diversificar a sua atividade procurando outras fontes de financiamento, mantendo sempre uma relação muito estreita e colaborativa com a FCT.

1.5.4 Núcleo Projetos de Investigação sob Contrato (NPISC)

Na área da investigação sob contrato e de eventos, o exercício de 2016 foi um ano de grandes desafios que foram superados.

Através dos seus 3 colaboradores, o Núcleo de Projectos de Investigação sob Contrato e Eventos (NPISC) foi responsável pela gestão de 296 centros de custo, referentes a diferentes tipologias de financiamento, tais como investigação sob contrato, prestações de serviço pontuais e eventos. Os indicadores de gestão mais relevantes da actividade do núcleo estão descritos na Figura 7:

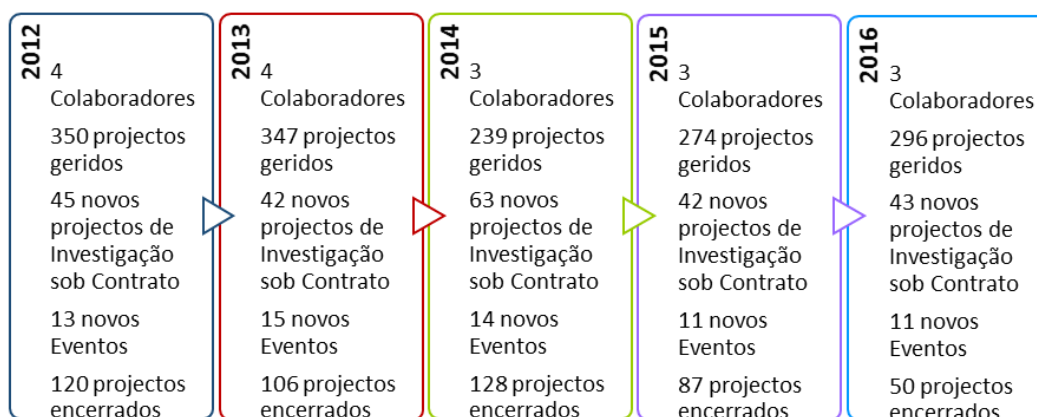


Figura 7 – Indicadores de gestão mais relevantes da actividade do NPISC

Em 2016 foram abertos 54 novos centros de custos (Figura 8):

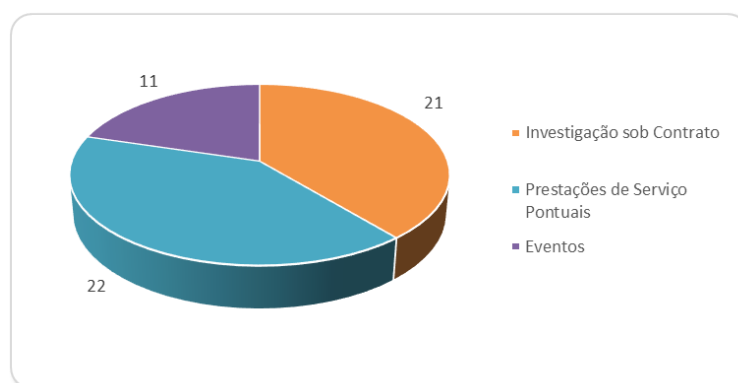


Figura 8 – Número de CC's abertos em 2016 no NPISC

O montante contratualizado relativo aos 21 centros de custo abertos para projectos de Investigação sob Contrato, foi de 834 k€. A facturação relativa aos 22 projectos de Prestação de Serviços Pontuais foi de 76 k€.

A facturação de 2016 está descrita na Tabela 14:

| Investigação sob Contrato | 31-12-2016 |
|--|-------------------|
| Faturação do Período | 943.462,51 € |
| Recebimentos do período referentes a faturação do mesmo | 683.512,80 € |
| Pendentes do período (deduzido de imparidades) | 259.949,71 € |
| Recebimentos do período referentes a faturação de anos transatos | 209.017,31 € |
| Subsídios/Donativos | 19.200,00 € |
| Apoios isentos de GG (ex: Prémios) | 0,00 € |

Tabela 14 – Dados financeiros do NPISC relativos a 2016

Foram organizados e realizados 30 eventos de divulgação científica, envolvendo 1014 participantes (Figura 9):

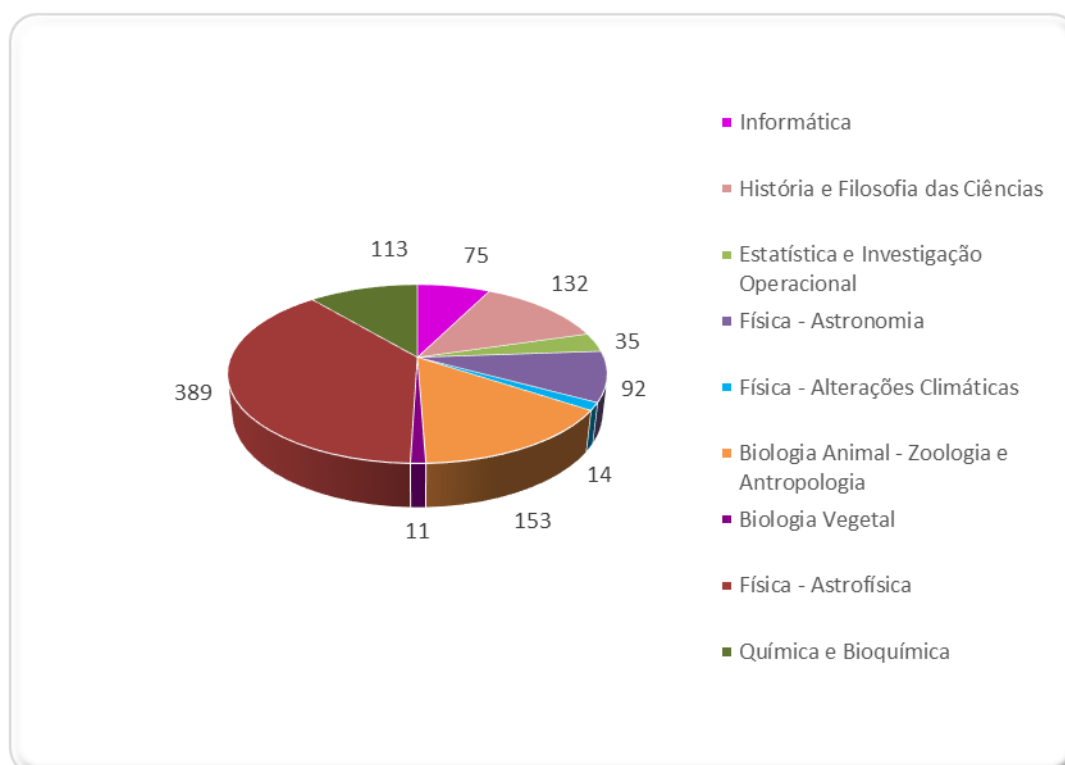


Figura 9 – Total de Participantes por Área Científica

Sintetizam-se na Tabela 15 os valores recebidos no contexto da gestão de eventos científicos:

| Tipo de evento | Valor recebido C/ IVA | Valor recebido S/ IVA | Apoios/ Donativos | Facturação/ Patrocínios C/ IVA |
|----------------|--------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Curso | 31.528,52 € | 31.528,52 € | 0,00 € | 5.000,00 € |
| Conferência | 214.149,68 € | 211.672,51 € | 3.067,18 € | 33.722,50 € |
| Workshop | 120,00 € | 120,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Mini-curso | 720,00 € | 720,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Total | 246.518,20 € | 244.041,03 € | 3.067,18 € | 38.722,50 € |

Tabela 15 – Valores recebidos por tipo de evento

Manteve em 2016 o processo de encerramento contabilístico de projetos, tendo sido financeiramente encerrados 50 centros de custo.

1.5.5 Núcleo Financeiro

Em 2016, este Núcleo contou com 11 colaboradores, reduzindo-se ao longo do ano para 9 colaboradores por via da caducidade de 2 contratos.

Efetuaram-se os reportes mensais obrigatórios à DGO da Execução Orçamental, Alterações Orçamentais, Fundos Disponíveis, PME – Previsão Mensal de Execução, UTE - Unidade de Tesouraria do Estado e Encargos com Pessoal.

Manteve-se a execução dos procedimentos decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP – e.g. requisições), o controlo dos procedimentos da Contabilidade, a elaboração dos contratos de Recursos Humanos (funcionários, bolseiros, avançados), a emissão da faturação, o controle mensal dos mapas de gestão de tesouraria e da relação FFCUL-FCT.

Destacam-se os seguintes indicadores relativos a 2016:

- A faturação total foi de 1.799.271,95€ com a seguinte distribuição (Tabela 16):

| Tipologia | Número de faturas | Valor faturado |
|---------------------------------------|---------------------------|----------------|
| Prestações de Serviços Nacionais | 220 + 5 (faturas/recibo) | 943.462,51 € |
| Eventos | 54 + 844 (faturas/recibo) | 288.307,88 € |
| Prestações de Serviços Internacionais | 26 + 2 (faturas/recibo) | 449.372,06 € |
| Projetos Nacionais e Unidades de I&D | 21 | 118.129,50 € |

Tabela 16 – Faturação em 2016

- O prazo médio para recebimento foi de 50 dias;
- Entraram em tesouraria 11.597.013€ (referente a subsídios e faturação) - uma diminuição de 7% em relação ao ano anterior;
- Efetuaram-se 4828 requisições internas a fornecedores, no valor total de 4.486.898€, das quais 56 (no valor de 1.007.443€) se referiram a processos de ajuste direto de regime

geral e 1 processo de Concurso Público (no valor de 240.287€). Em média, mensalmente, efetuaram-se 402 requisições, com um valor acumulado médio mensal de 350.000€;

- O movimento de tesouraria manteve-se ao mesmo nível do ano anterior. O prazo limite para reembolso aos Investigadores manteve-se em 2-3 semanas; os pagamentos a fornecedores efetuaram-se, em média, a 30 dias.
- Movimentaram-se 13.694.201€ em pagamentos a fornecedores, transferências para parceiros, reembolsos a investigadores e pagamento de vencimentos e bolsas (+10%) face a 2015.

1.6 Relacionamento com a FCT

Mantiveram-se boas relações entre o Conselho Directivo da FFCUL e a Direção da FCT, instrumentais para que os fluxos financeiros de reembolso de PP's se mantivessem em níveis razoavelmente estáveis, resultado de um ritmo estável de despesa reportada *versus* despesa validada.

A Tabela 17, a Figura 10 e a Figura 11 sintetizam esta relação em 2016. Os dados são atualizados mensalmente com a regularização pela FCT da situação de meses anteriores.

| # | | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2016 | | | | | | | | | | | | | |
|-------------|--|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|
| | | TOTAIS | TOTAIS | TOTAIS | TOTAIS | TOTAIS | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | | |
| 1.0 | BOLSAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 | Nº de bolsas integradas em projectos FCT activas no mês | | | | | | 42 | 44 | 50 | 54 | 58 | 70 | 81 | 90 | 95 | 115 | 119 | 132 | | |
| 1.2 | Valor total mensal das bolsas activas | 2.093.064 | 1.865.113 | 1.521.301 | 790.333 | 1.065.854 | 45.363 | 49.550 | 54.345 | 65.210 | 67.117 | 77.355 | 92.664 | 103.723 | 106.075 | 132.396 | 139.909 | 152.148 | | |
| 2.0 | PROJECTOS e PP | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1 | Nº de projectos em execução | | | | | | 28 | 32 | 33 | 45 | 61 | 78 | 93 | 93 | 93 | 95 | 95 | 95 | | |
| 2.1.1 | Concursos de 2006 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.2 | Concursos de 2008 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.3 | Concursos de 2009 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.4 | Concursos de 2010 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1.5 | Concursos de 2012 | | | | | | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | |
| 2.1.6 | Concursos de 2013 | | | | | | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | |
| 2.1.7 | Concursos de 2014 | | | | | | 1 | 5 | 6 | 18 | 34 | 51 | 67 | 67 | 67 | 69 | 69 | 69 | 69 | |
| 2.1.8 | Unidades de I&D / Projectos Estratégicos | | | | | | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | |
| 2.2 | Nº de PP emitidos no mês | 1.126 | 955 | 907 | 677 | 227 | 26 | 34 | 51 | 3 | 15 | 3 | 10 | 2 | 12 | 27 | 23 | 21 | | |
| 2.2.1 | Concursos de 2006 | 57 | 13 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.2 | Concursos de 2008 | 466 | 247 | 69 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.3 | Concursos de 2009 | 180 | 96 | 124 | 35 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.4 | Concursos de 2010 | 264 | 98 | 114 | 116 | 5 | 2 | 3 | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.5 | Concursos de 2012 | 3 | 90 | 98 | 39 | 9 | 8 | 10 | 2 | 5 | 1 | | | | | | | | | |
| 2.2.6 | Concursos de 2013 | | | 23 | 49 | 1 | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.7 | Concursos de 2014 | | | | 25 | 1 | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2.8 | Unidades de I&D / Projectos Estratégicos | 159 | 89 | 114 | 76 | 45 | 3 | 4 | 15 | | 3 | 1 | 3 | | 3 | 6 | 5 | 2 | | |
| 2.2.9 | Gastos Gerais | 281 | 499 | 372 | 309 | 107 | 11 | 17 | 25 | 1 | 7 | 1 | 5 | 1 | 6 | 13 | 9 | 11 | | |
| 2.3 | Valor dos PP emitidos no mês (€) | 10.788.802 | 8.535.591 | 7.092.077 | 5.831.792 | 3.624.119 | 433.810 | 252.776 | 731.512 | 1.018 | 365.791 | 106.483 | 171.715 | 7.040 | 245.799 | 610.402 | 412.332 | 285.442 | | |
| 2.3.1 | Concursos de 2006 | 210.215 | 70.379 | 769 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.2 | Concursos de 2008 | 1.533.429 | 1.651.511 | 343.968 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.3 | Concursos de 2009 | 3.240.372 | 615.493 | 824.197 | 198.321 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.4 | Concursos de 2010 | 1.406.681 | 557.787 | 722.385 | 770.777 | 9.046 | 1.048 | 7.998 | 85.541 | 820 | 35.094 | 43.001 | | 2.962 | 3.907 | 32.293 | | 44.644 | | |
| 2.3.5 | Concursos de 2012 | | | 14.332 | 614.420 | 1.014.965 | 365.283 | 65.693 | 51.328 | | | | | | | | | | | |
| 2.3.6 | Concursos de 2013 | | | 112.439 | 265.800 | 76.394 | 34.894 | 8.967 | 751 | | | | 16.128 | | | | | | | 15.633 |
| 2.3.7 | Concursos de 2014 | | | | 410.473 | | | 3.342 | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.8 | Unidades de I&D / Projectos Estratégicos | 2.854.208 | 1.885.680 | 1.424.427 | 1.673.283 | 1.296.849 | 95.844 | 101.051 | 298.301 | | 188.482 | 18.320 | 73.733 | | 127.925 | 198.578 | 85.444 | 109.172 | | |
| 2.3.9 | Gastos Gerais | 1.057.895 | 1.754.862 | 1.171.713 | 1.064.362 | 644.352 | 61.761 | 52.467 | 128.581 | 92 | 62.985 | 9.000 | 44.000 | 4.078 | 48.356 | 109.286 | 62.268 | 61.477 | | |
| 2.4 | Valor justificado por bolsas nos PP's emitidos no mês | 485.903 | 1.985.548 | 1.877.739 | 844.294 | 821.721 | 174.569 | 27.605 | 218.338 | 105 | 79.230 | 36.162 | 37.854 | | 28.313 | 108.592 | 56.437 | 54.515 | | |
| 2.5 | Valor dos PP's por analisar, no mês, pela FCT¹ - FFCUL Proponente | | | | | 440.060 | | | | | | | | | 91.397 | 68.163 | 48.196 | 232.304 | | |
| 2.6 | Valor dos PP's por analisar, no mês, pela FCT¹ - FFCUL Participante | | | | | 178.183 | | | | | | | | | 69.019 | 68.084 | 41.079 | | | |
| | Valor considerado não elegível nos PP's FFCUL (participante e não-participante) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.7 | Despesa total já comprometida mas ainda não paga aos fornecedores | | | | | 132.642 | | | | | | | | | | | | | 132.642 | |
| 2.8 | Despesa acumulada paga aos fornecedores, não reportada à FCT | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.9 | Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Proponente | | | | | 78.752 | 251.392 | 5.899 | 417 | | 48.264 | 24.490 | | | | 152.527 | 19.796 | | | |
| 2.10 | Despesa já validada pela FCT, ainda não reembolsada - FFCUL Participante | 5.417 | 10.816 | 78.778 | 63.057 | 126.878 | 8.628 | 87.303 | | 16.150 | | | 6.336 | | | 2.529 | 5.933 | | | |
| 3.0 | TRANSFERÊNCIAS (data valor no mês) | 7.109.530 | 8.049.630 | 6.879.167 | 5.561.368 | 3.695.052 | 427.536 | 203.429 | 121.686 | 656.940 | 680.538 | -260.202 | 456.524 | 114.923 | 141.352 | 284.348 | 473.704 | 394.273 | | |
| 3.1 | FCT -> FFCUL | 6.990.267 | 7.963.124 | 6.398.915 | 5.480.554 | 4.119.826 | 386.454 | 252.676 | 345.545 | 730.686 | 637.652 | 287.415 | 329.770 | 98.056 | 36.311 | 211.841 | 502.982 | 300.418 | | |
| 3.2 | FCT -> Parceiros -> FFCUL | 966.986 | 872.543 | 736.452 | 985.524 | 1.173.597 | 53.106 | 134.257 | 101.636 | 23.707 | 99.586 | 52.829 | 175.356 | 91.949 | 181.391 | 91.428 | 53.978 | 114.373 | | |
| 3.3 | FFCUL -> Parceiros | 847.723 | 786.036 | 256.200 | 904.710 | 1.598.370 | 12.024 | 183.503 | 325.495 | 97.452 | 56.701 | 600.445 | 48.602 | 75.083 | 76.369 | 18.920 | 83.256 | 20.518 | | |

Tabela 17 – Relacionamento financeiro entre a FFCUL e a FCT (31-12-2016)

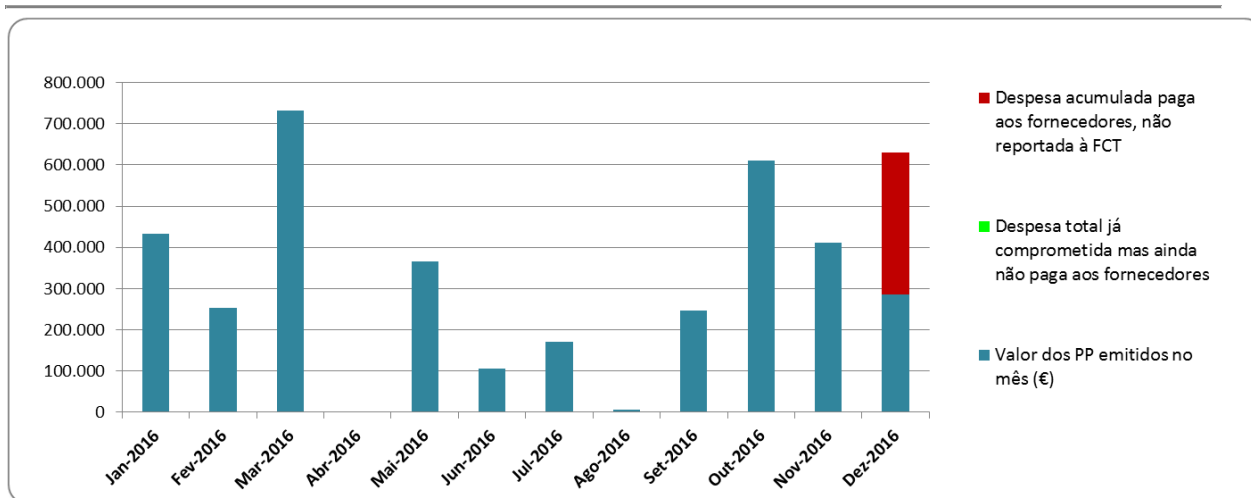


Figura 10 – Despesa mensal total em projetos financiados pela FCT

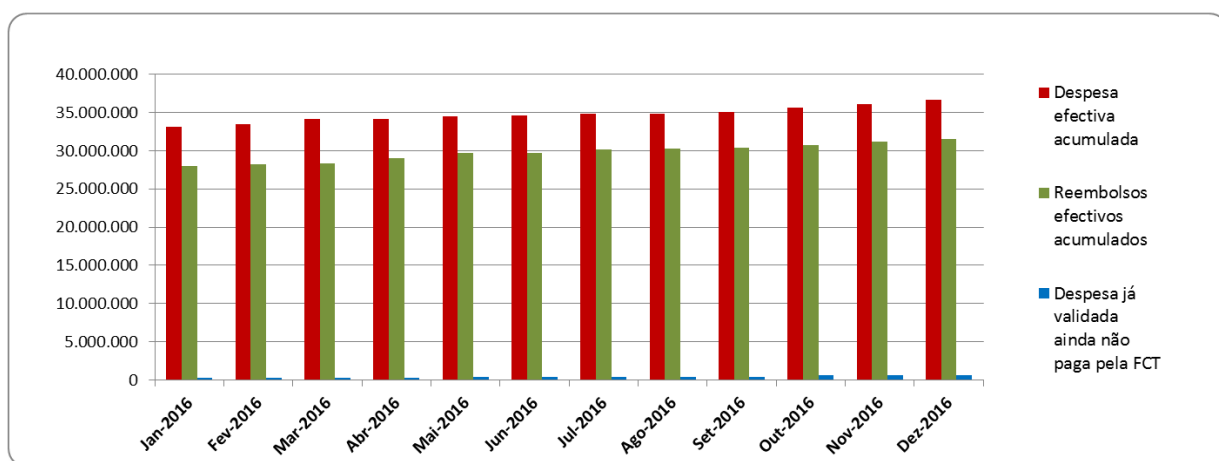


Figura 11 – Relacionamento entre a FFCUL e a FCT - valores acumulados: despesa feita ou comprometida (vermelho), reembolsos FCT (verde), valores já validados pela FCT mas ainda não reembolsados (azul).

1.7 Análise Orçamental

Em agosto de 2013, a Fundação foi considerada como Entidade Pública Reclassificada (EPR), nos termos do Anexo 1 da Circular, série A, n.º 1374 da DGO, relativa à preparação do OE, e passou a integrar o setor público administrativo como serviço e fundo autónomo. Apesar de não receber qualquer dotação direta do Estado, a Fundação ficou assim sujeita às regras do OE, de acordo com o art.º 25.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), designadamente quanto à prestação de informação, respeito pelo princípio de unidade de tesouraria, alterações orçamentais e lei dos compromissos.

Da Tabela 18 à Tabela 24 descreve-se a execução orçamental da FFCUL em 2016, baseada essencialmente nas noções de “Fonte de Financiamento” e de “Classificação Económica” da Despesa e da Receita. A obrigação de prestação de informação a que a FFCUL se encontra sujeita exige um controle e reporte mensal dos valores da execução da Receita e da Despesa, procedendo-se também assim, numa base mensal, às correções necessárias ao orçamento

inicial. Pelo fato da FFCUL continuar a adotar o SNC-ESNL a gestão prática destas correções revela-se um exercício complexo e moroso.

| <i>Fonte de Financiamento/Atividade</i> | <i>Previsões Corrigidas</i> | <i>Receita Cobrada</i> | <i>Grau Execução</i> |
|---|-----------------------------|------------------------|----------------------|
| Dotação OE | | | |
| 313 - Saldos de RG não afectas a projetos cofinanciados | 2 826 442,00 | 2 826 442,00 | 100,00% |
| 319 - Transferências de RG entre organismos | 5 399 466,00 | 4 841 302,00 | 89,66% |
| 358 - Saldos de RG afectas a projetos cofinanciados | 5 939,00 | 5 939,00 | 100,00% |
| 359 - Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos | 375,00 | 0,00 | 0,00% |
| 368 - Saldos de RP afectas a projetos cofinanciados | 63 562,00 | 63 562,00 | 100,00% |
| 369 - Transferências de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos | 79 308,00 | 79 308,00 | 100,00% |
| | 8 375 092,00 | 7 816 553,00 | |
| Financiamento da EU | | | |
| 480 - Financiamento EU - Outros | 5 959 018,00 | 4 647 957,00 | 78,00% |
| 910 - Saldos de Fundos Europeus | 1 072 326,00 | 1 072 326,00 | 100,00% |
| | 7 031 344,00 | 5 720 283,00 | |
| Receita Própria | | | |
| 510 - Receita própria do ano | 2 819 335,00 | 2 166 215,00 | 76,83% |
| 520 - Saldos de RP transitados | 1 478 179,00 | 1 478 179,00 | 100,00% |
| 540 - Transferência de RP entre organismos | 111 933,00 | 111 929,00 | 100,00% |
| | 4 409 447,00 | 3 756 323,00 | |
| Total | 19 815 883,00 | 17 293 159,00 | 87,27% |

Tabela 18 – Execução da receita por fontes de financiamento

| <i>Designação</i> | <i>Classificação Económica</i> | <i>Receita Cobrada</i> | <i>%</i> |
|-----------------------------------|--------------------------------|------------------------|----------------|
| Bancos e outras inst. Financeiras | 05 | 275,00 | 0,00% |
| Transferências correntes | 06 | 4 959 646,00 | 28,68% |
| Vendas de bens e serviços | 07 | 1 584 745,00 | 9,16% |
| Transferências de capital | 10 | 5 292 019,00 | 30,60% |
| Reposições não abatidas | 15 | 10 026,00 | 0,06% |
| Saldo da gerência anterior | 16 | 5 446 448,00 | 31,49% |
| Total | | 17 293 159,00 | 100,00% |

Tabela 19 – Receita por classificação económica

| <i>Designação</i> | <i>2016</i> | <i>2015</i> | <i>Variação</i> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------|
| Bancos e outras inst. Financeiras | 275,00 | --- | --- |
| Transferências correntes | 4 959 646,00 | 4 780 922,00 | 3,74% |
| Vendas de bens e serviços | 1 584 745,00 | 2 497 602,00 | -36,55% |
| Transferências de capital | 5 292 019,00 | 5 373 748,00 | -1,52% |
| Reposições não abatidas | 10 026,00 | --- | --- |
| Saldo da gerência anterior | 5 446 448,00 | 4 782 346,00 | 13,89% |
| Total | 17 293 159,00 | 17 434 618,00 | -0,81% |

Tabela 20 – Comparação das Receitas em 2015 e 2016

| <i>Fonte de Financiamento/Atividade</i> | <i>Dotações Corrigidas</i> | <i>Despesas Pagas</i> | <i>Grau Execução</i> |
|---|----------------------------|-----------------------|----------------------|
| Dotação OE | | | |
| 313 - Saldos de RG não afectas a projetos cofinanciados | 2 826 442,00 | 1 549 430,41 | 54,82% |
| 319 - Transferências de RG entre organismos | 5 399 466,00 | 4 731 964,00 | 87,64% |
| 358 - Saldos de RG afectas a projetos cofinanciados | 5 939,00 | 0,00 | 0,00% |
| 359 - Transferências de RG afetas a proj cofinanciados entre organismos | 375,00 | 0,00 | 0,00% |
| 368 - Saldos de RP afectas a projetos cofinanciados | 63 562,00 | 552,00 | 0,87% |
| 369 - Transferências de RP afetas a proj cofinanciados entre organismos | 79 308,00 | 36 832,00 | 46,44% |
| | 8 375 092,00 | 6 318 778,41 | |
| Financiamento da EU | | | |
| 480 - Financiamento EU - Outros | 5 959 018,00 | 4 475 789,00 | 75,11% |
| 910 - Saldos de Fundos Europeus | 1 072 326,00 | 328 894,84 | 30,67% |
| | 7 031 344,00 | 4 804 683,84 | |
| Receita Própria | | | |
| 510 - Receita própria do ano | 2 819 335,00 | 1 746 538,00 | 61,95% |
| 520 - Saldos de RP transitados | 1 478 179,00 | 305 400,00 | 20,66% |
| 540 - Transferência de RP entre organismos | 111 933,00 | 9 331,00 | 8,34% |
| | 4 409 447,00 | 2 061 269,00 | |
| Total | 19 815 883,00 | 13 184 731,25 | 66,54% |

Tabela 21 – Execução da despesa por fontes de financiamento

| <i>Designação</i> | <i>Classificação Económica</i> | <i>Pagamentos</i> | <i>%</i> |
|------------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------|
| Despesas com o pessoal | 01 | 1 567 414,00 | 11,89% |
| Aquisição de bens e serviços | 02 | 3 472 388,00 | 26,34% |
| Transferências correntes | 04 | 5 962 450,00 | 45,22% |
| Outras despesas correntes | 06 | 14 802,00 | 0,11% |
| Aquisição de bens de capital | 07 | 926 852,00 | 7,03% |
| Transferências de capital | 08 | 1 240 825,00 | 9,41% |
| Total | | 13 184 731,00 | 100,00% |

Tabela 22 – Execução da despesa por classificação económica

| | | | |
|-------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Receita cobrada | 17 293 159,00 | OE - Receitas gerais | 1 497 774,59 |
| Despesa paga | 13 184 731,25 | Financiamento EU | 915 599,16 |
| SALDO 2016 | 4 108 427,75 | Receitas próprias | 1 695 054,00 |
| | | SALDO 2016 | 4 108 427,75 |

Tabela 23 – Saldo de gerência 2015 e sua decomposição por tipologia de receita

| | |
|------|--------------|
| 2014 | 4 782 346,00 |
| 2015 | 5 446 448,00 |
| 2016 | 4 108 427,75 |

Tabela 24 – Evolução do saldo de gerência

2. Demonstrações Financeiras

2.1 Evolução da Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da FFCUL assenta principalmente na separação entre “subsídios à exploração e ao investimento” e “prestações de serviços” - que correspondem às classificações contabilísticas dos “projetos de investigação sujeitos a financiamento” e da “investigação sob contrato”, respetivamente. A Figura 12 descreve a sua evolução desde 2011:

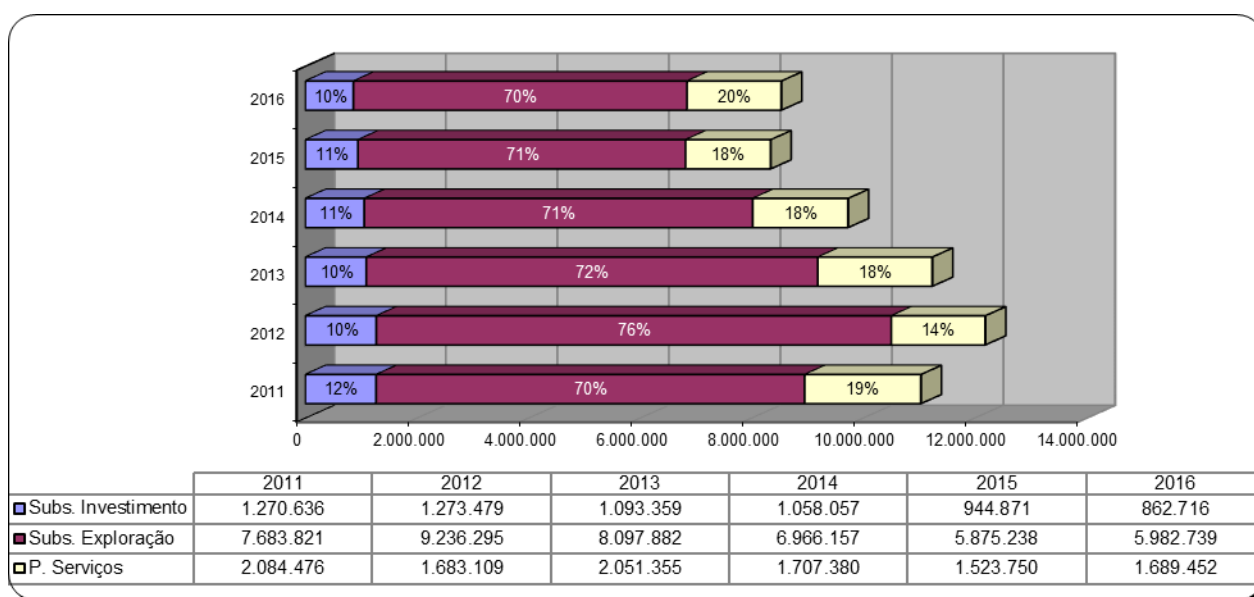


Figura 12 – Evolução da estrutura de rendimentos da FFCUL

Os rendimentos concentram-se nos subsídios à exploração, que representam 70% do total (em valor, +2% em relação a 2015), atingindo um valor de 5.982.739€ em 2016. Nos subsídios ao investimento registou-se um decréscimo, para 862.716€.

Na componente de Prestação de Serviços verifica-se um aumento em valor (+11% relativamente a 2015), traduzindo um novo impulso desta atividade.

Os rendimentos da FFCUL aumentaram ligeiramente (+2%) face a 2015, no entanto ainda abaixo dos níveis dos anos de 2011 e 2013, mantendo-se todavia a sua composição relativa quase inalterada. Este aumento é consequência do início da execução dos novos projetos.

2.2 Outros dados relativos à actividade de I&D

A Tabela 25 sintetiza a execução financeira das Unidades de I&D⁴ em 2016, após validação contabilística.

A Tabela 26 mostra a execução financeira em 2016 (informação contabilística) das diversas áreas departamentais da FCUL.

A Tabela 27 e a Tabela 28 constituem a resposta oficial ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) sobre a Execução financeira e os respetivos Fundos que a suportam em 2016, através do Gabinete de Estatística para Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência, e para ser comunicado ao INE e ao Eurostat. Esta resposta é aliás integrada com a resposta complementar produzida pela FCUL que, designadamente, financia as Unidades de I&D através do Orçamento do Estado (salários dos docentes, investigadores e técnicos de alguma forma alocados à atividade de I&D).

Para efeitos de geração destes indicadores financeiros relativos à atividade de I&D, um projeto / centro de custo é associado ao Departamento ao qual pertença o seu Investigador Responsável. No caso das Unidades com financiamento plurianual da FCT, os valores são repartidos em função da proveniência departamental dos investigadores integrados e no ativo, de acordo com os dados constantes no CENSUS. Algumas unidades de I&D podem estar associadas a vários departamentos, na proporção relativa dos respetivos números de investigadores envolvidos.

Com a contínua atualização dos sistemas de informação da FCUL, estas tabelas constituem uma descrição do sistema de I&D da FCUL.

⁴ Note-se que a “Unidade” é aqui entendida como unidade-cliente da FFCUL. Existem grupos de I&D da FCUL autónomos ou ligados a entidades externas que, para estes efeitos, se discriminam.

| UI&D | Unidades de I & D | | | | Projectos de Investigação Nacional | | | | Projectos de Investigação Europeus | | | | Investigação sob Contrato | | | | TOTAL | | | |
|--------------------|---------------------|-----|------------|-----|------------------------------------|-----|------------|-----|------------------------------------|-----|-----------|-----|---------------------------|-----|------------|-----|---------------------|-----|------------|-----|
| | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % |
| BioISI | 340.003,89 | 11% | 12 | 10% | 305.760,81 | 15% | 44 | 13% | 306.847,80 | 17% | 9 | 15% | 20.215,01 | 1% | 14 | 5% | 972.827,51 | 11% | 79 | 10% |
| Ce3C | 300.078,21 | 10% | 10 | 8% | 484.811,90 | 24% | 59 | 17% | 564.132,14 | 31% | 21 | 36% | 444.242,42 | 27% | 68 | 23% | 1.793.264,67 | 21% | 158 | 19% |
| CEA | 75.194,84 | 2% | 5 | 4% | 2.047,65 | 0% | 3 | 1% | | | | | 718,57 | 0% | 13 | 4% | 77.961,06 | 1% | 21 | 3% |
| CEAFEL | 22.995,57 | 1% | 2 | 2% | | | | | | | | | | | | | 22.995,57 | 0% | 2 | 0% |
| CeFEMA | 14.148,98 | 0% | 5 | 4% | 7.347,11 | 0% | 2 | 1% | | | | | 1,94 | 0% | 1 | 0% | 21.498,03 | 0% | 8 | 1% |
| CEMA | 19.340,27 | 1% | 3 | 2% | 3.543,54 | 0% | 2 | 1% | | | | | | | | | 22.883,81 | 0% | 5 | 1% |
| CENTRA | 60.131,75 | 2% | 1 | 1% | 124.680,71 | 6% | 3 | 1% | 33.560,31 | 2% | 1 | 2% | 1.205,53 | 0% | 1 | 0% | 219.578,30 | 3% | 6 | 1% |
| CESAM | 67.589,20 | 2% | 5 | 4% | 45.424,16 | 2% | 13 | 4% | | | | | 8.947,36 | 1% | 5 | 2% | 121.960,72 | 1% | 23 | 3% |
| CFC | 133.124,38 | 4% | 4 | 3% | 20.063,04 | 1% | 3 | 1% | | | | | 4.468,57 | 0% | 4 | 1% | 157.655,99 | 2% | 11 | 1% |
| CFTC | 40.912,14 | 1% | 3 | 2% | 99.675,51 | 5% | 4 | 1% | | | | | 7.727,89 | 0% | 2 | 1% | 148.315,54 | 2% | 9 | 1% |
| CIUHCT | 132.044,27 | 4% | 2 | 2% | 43.803,62 | 2% | 5 | 1% | | | | | 3.143,18 | 0% | 2 | 1% | 178.991,07 | 2% | 9 | 1% |
| CMAF-CIO | 276.172,59 | 9% | 7 | 6% | 22.635,01 | 1% | 11 | 3% | 41.222,29 | 2% | 2 | 3% | 25.374,82 | 2% | 4 | 1% | 365.404,71 | 4% | 24 | 3% |
| COB | 248.059,30 | 8% | 7 | 6% | 267.037,03 | 13% | 36 | 10% | 104.143,79 | 6% | 2 | 3% | 37.589,39 | 2% | 6 | 2% | 656.829,51 | 8% | 51 | 6% |
| COE | 145.242,69 | 5% | 5 | 4% | 19.112,46 | 1% | 13 | 4% | 13.635,78 | 1% | 2 | 3% | 7.118,49 | 0% | 2 | 1% | 185.109,42 | 2% | 22 | 3% |
| EDU | | | | | -375,00 | 0% | 1 | 0% | | | | | 47,27 | 0% | 1 | 0% | -327,73 | 0% | 2 | 0% |
| GFMUL | 1.701,15 | 0% | 3 | 2% | 15.915,29 | 1% | 4 | 1% | | | | | | | | | 17.616,44 | 0% | 7 | 1% |
| IA | 328.276,38 | 11% | 6 | 5% | 27.173,19 | 1% | 8 | 2% | 77.952,02 | 4% | 2 | 3% | 143.174,91 | 9% | 5 | 2% | 576.576,50 | 7% | 21 | 3% |
| IBEB | 51.858,36 | 2% | 4 | 3% | 15.786,80 | 1% | 7 | 2% | 641,73 | 0% | 2 | 3% | 36.018,11 | 2% | 5 | 2% | 104.305,00 | 1% | 18 | 2% |
| IDL | 312.319,44 | 10% | 24 | 19% | 325.472,30 | 16% | 60 | 17% | 333.815,10 | 18% | 7 | 12% | 276.537,64 | 17% | 56 | 19% | 1.248.144,48 | 15% | 147 | 18% |
| LASIGE | 108.333,11 | 4% | 5 | 4% | 26.404,84 | 1% | 22 | 6% | 292.076,34 | 16% | 7 | 12% | 88.412,85 | 5% | 26 | 9% | 515.227,14 | 6% | 60 | 7% |
| LOLS | | | | | 9.455,57 | 0% | 6 | 2% | | | | | 110.678,91 | 7% | 12 | 4% | 120.134,48 | 1% | 18 | 2% |
| MARE | 309.092,82 | 10% | 5 | 4% | 263.539,72 | 13% | 26 | 7% | 51.771,33 | 3% | 2 | 3% | 351.912,81 | 22% | 59 | 20% | 976.316,68 | 11% | 92 | 11% |
| NLX | | | | | 2.064,41 | 0% | 1 | 0% | | | | | 15.292,20 | 1% | 2 | 1% | 17.356,61 | 0% | 3 | 0% |
| Sem UI&D Associada | 38.888,94 | 1% | 7 | 6% | -80.123,35 | -4% | 17 | 5% | 11.268,57 | 1% | 2 | 3% | 47.647,56 | 3% | 3 | 1% | 17.681,72 | 0% | 29 | 4% |
| TOTAL | 3.025.508,28 | | 125 | | 2.051.256,32 | | 350 | | 1.831.067,20 | | 59 | | 1.630.475,43 | | 291 | | 8.538.307,23 | | 825 | |

Tabela 25 – Estrutura da execução financeira em 2016 por Unidade de investigação (componente FFCUL).

| Departamentos | Unidades de I & D | | | | Projectos de Investigação Nacional | | | | Projectos de Investigação Europeus | | | | Investigação sob Contrato | | | | TOTAL | | | |
|--|---------------------|-----|------------|-----|------------------------------------|-----|------------|-----|------------------------------------|-----|-----------|-----|---------------------------|-----|------------|-----|---------------------|-----|------------|-----|
| | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % | Valor | % | Q | % |
| Biologia Animal | 319.212,84 | 11% | 8 | 6% | 357.580,74 | 17% | 54 | 15% | 252.069,52 | 14% | 6 | 10% | 380.658,81 | 23% | 54 | 19% | 1.309.521,91 | 15% | 122 | 15% |
| Biologia Vegetal | 299.443,53 | 10% | 10 | 8% | 336.781,42 | 16% | 33 | 9% | 284.869,74 | 16% | 11 | 19% | 262.915,26 | 16% | 59 | 20% | 1.184.009,94 | 14% | 113 | 14% |
| Educação (IEDU-UL) | | | | | -375,00 | 0% | 1 | 0% | | | | | 47,27 | 0% | 1 | 0% | -327,73 | 0% | 2 | 0% |
| Estatística e Investigação Operacional | 164.436,73 | 5% | 8 | 6% | 10.145,75 | 0% | 5 | 1% | 15.458,36 | 1% | | | 10.097,26 | 1% | 13 | 4% | 200.138,10 | 2% | 26 | 3% |
| Física | 632.071,10 | 21% | 33 | 26% | 323.407,67 | 16% | 54 | 15% | 254.609,75 | 14% | 12 | 20% | 407.035,58 | 25% | 39 | 13% | 1.617.124,10 | 19% | 138 | 17% |
| Engª Geográfica, Geofísica e Energia | 126.389,33 | 4% | 10 | 8% | 127.892,24 | 6% | 29 | 8% | 116.918,94 | 6% | 5 | 8% | 117.011,26 | 7% | 12 | 4% | 488.211,77 | 6% | 56 | 7% |
| Geologia | 182.717,50 | 6% | 16 | 13% | 190.412,37 | 9% | 25 | 7% | 195.293,19 | 11% | 2 | 3% | 161.783,93 | 10% | 43 | 15% | 730.206,97 | 9% | 86 | 10% |
| História e Filosofia das Ciências | 209.051,68 | 7% | 6 | 5% | 47.441,54 | 2% | 5 | 1% | | | | | 6.157,79 | 0% | 5 | 2% | 262.651,01 | 3% | 16 | 2% |
| Informática | 144.104,88 | 5% | 6 | 5% | 56.669,50 | 3% | 26 | 7% | 323.538,11 | 18% | 10 | 17% | 107.395,16 | 7% | 30 | 10% | 631.707,64 | 7% | 72 | 9% |
| Matemática | 210.737,39 | 7% | 12 | 10% | 33.689,63 | 2% | 9 | 3% | 20.611,15 | 1% | 2 | 3% | 13.385,89 | 1% | 2 | 1% | 278.424,07 | 3% | 25 | 3% |
| Química e Bioquímica | 544.822,26 | 18% | 16 | 13% | 425.753,91 | 21% | 69 | 20% | 264.557,52 | 14% | 9 | 15% | 52.889,78 | 3% | 15 | 5% | 1.288.023,46 | 15% | 109 | 13% |
| Outros | 192.521,05 | 6% | | | 141.856,55 | 7% | 40 | 11% | 103.140,94 | 6% | 2 | 3% | 111.097,44 | 7% | 18 | 6% | 548.615,98 | 6% | 60 | 7% |
| TOTAL | 3.025.508,28 | | 125 | | 2.051.256,32 | | 350 | | 1.831.067,20 | | 59 | | 1.630.475,43 | | 291 | | 8.538.307,23 | | 825 | |

Tabela 26 – Estrutura da execução financeira da FFCUL em 2016 por área departamental da FCUL.

| UNIDADES | 1.1 - DESPESAS CORRENTES | | | | 1.2 - DESPESAS DE CAPITAL | | | TOTAIS |
|--------------------|-----------------------------|------------------|------------------|---|---|---|----------------|------------------|
| | 1.1.1 - DESPESAS C/ PESSOAL | | | 1.1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.2.1 - Construções & Instalações | 1.2.2 - Instrumentos & Equipamentos | TOTAL | |
| | Contratados | Bolseiros | Total | | | | | |
| BioISI | 69.943 | 197.631 | 267.574 | 602.561 | | 102.692 | 102.692 | 972.828 |
| Ce3C | 246.861 | 675.994 | 922.855 | 784.828 | | 85.582 | 85.582 | 1.793.265 |
| CEA | | | | 68.442 | | 9.519 | 9.519 | 77.961 |
| CEAFEL | 4.321 | | 4.321 | 16.430 | | 2.245 | 2.245 | 22.996 |
| CeFEMA | | 2.235 | 2.235 | 12.126 | | 7.137 | 7.137 | 21.498 |
| CEMA | 4.321 | | 4.321 | 17.346 | | 1.216 | 1.216 | 22.884 |
| CENTRA | | 40.527 | 40.527 | 174.241 | | 4.811 | 4.811 | 219.578 |
| CESAM | | 5.880 | 5.880 | 76.571 | | 39.510 | 39.510 | 121.961 |
| CFC | | 82.973 | 82.973 | 72.619 | | 2.065 | 2.065 | 157.656 |
| CFTC | | 79.447 | 79.447 | 61.819 | | 7.050 | 7.050 | 148.316 |
| CIUHCT | | 87.096 | 87.096 | 86.287 | | 5.608 | 5.608 | 178.991 |
| CMAF-CIO | 12.963 | 87.236 | 100.199 | 238.193 | | 27.012 | 27.012 | 365.405 |
| CQB | | 159.261 | 159.261 | 367.939 | | 129.630 | 129.630 | 656.830 |
| CQE | | 29.518 | 29.518 | 117.241 | | 38.351 | 38.351 | 185.109 |
| EDU | | | | -369 | | 42 | 42 | -328 |
| GFMUL | | 83 | 83 | 16.156 | | 1.377 | 1.377 | 17.616 |
| IA | 6.754 | 146.354 | 153.108 | 400.611 | | 22.857 | 22.857 | 576.577 |
| IBEB | | 41.964 | 41.964 | 54.736 | | 7.605 | 7.605 | 104.305 |
| IDL | 44.925 | 338.208 | 383.133 | 715.428 | | 149.583 | 149.583 | 1.248.144 |
| LASIGE | 25.132 | 248.101 | 273.232 | 202.470 | | 39.525 | 39.525 | 515.227 |
| LOLS | | 55.011 | 55.011 | 46.674 | | 18.450 | 18.450 | 120.134 |
| MARE | 56.723 | 314.580 | 371.303 | 556.736 | | 48.278 | 48.278 | 976.317 |
| NLX | | | | 15.589 | | 1.768 | 1.768 | 17.357 |
| Sem UI&D Associada | 12.186 | 7.226 | 19.412 | -46.896 | | 45.166 | 45.166 | 17.682 |
| FFCUL | 632.348 | 28.087 | 660.435 | 727.440 | | 7.200 | 7.200 | 1.395.075 |
| TOTAIS | 1.116.477 | 2.627.409 | 3.743.886 | 5.385.218 | | 804.278 | 804.278 | 9.933.382 |

Tabela 27 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2016 (Componente FFCUL).

| UNIDADES | FUNDOS DO ESTADO | | | | | | FUNDOS INTERNACIONAIS | | | | | | | | | | OUTROS FUNDOS | | | | | TOTAL | | |
|--------------------|------------------|--------------------|-------------------------|-----------------|----------------|------------------|-----------------------|--------|---------------------|----------------|----------|------------|------------------------|------------|---------------------------------|------------|---------------|------------------|----------------|-------------------|---------------------|------------------|------------------|-----------|
| | OE | FUNDOS ESTRUTURAIS | OUTROS FUNDOS DO ESTADO | FUNDOS DE IPFSL | EMPRESAS | TOTAL | EU | | ORG. INTERNACIONAIS | | EMPRESAS | | INSTITUIÇÕES DO ESTADO | | INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR | | IPFSL | | TOTAL | RECEITAS PRÓPRIAS | MECENATO CIENTÍFICO | | OUTROS | TOTAL |
| | | | | | | | FP's | OUTROS | EU | FORA DA EU | EU | FORA DA EU | EU | FORA DA EU | EU | FORA DA EU | EU | FORA DA EU | | | | | | |
| BioISI | | 602.044 | 2.316 | -44 | | 604.316 | 153.474 | | 157.892 | 39.709 | | | | | | | | | 351.075 | 15.370 | | 2.066 | 17.436 | 972.828 |
| Ce3C | | 493.082 | 180.523 | 1.021 | 50.522 | 725.149 | 658.934 | | 71.640 | 4.403 | | | | | 392 | | | | 735.368 | 156.982 | | 175.766 | 332.748 | 1.793.265 |
| CEA | | 77.851 | 1.760 | | 656 | 80.267 | | | | | | | | | | | | | | 993 | | -3.299 | -2.306 | 77.961 |
| CEAFEL | | 22.996 | | | | 22.996 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 22.996 |
| CeFEMA | | 21.498 | | | | 21.498 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 21.498 |
| CEMA | | 19.295 | | 3.589 | | 22.884 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 22.884 |
| CENTRA | | 184.812 | | | | 184.812 | 33.560 | | 1.206 | | | | | | | | | | 34.766 | | | | | 219.578 |
| CESAM | | 113.013 | 1.320 | | | 114.333 | | | | | | | | | | | | | | 73 | | 7.555 | 7.628 | 121.961 |
| CFC | | 150.687 | | | 2.500 | 153.187 | | | | | | | | | | | | | | | | 4.469 | 4.469 | 157.656 |
| CFTC | | 140.588 | | | | 140.588 | | | | | | | | | | | | | | | | 7.728 | 7.728 | 148.316 |
| CIUHCT | | 168.148 | | 7.700 | | 175.848 | | | | | | | | | | | | | | 2.861 | | 282 | 3.143 | 178.991 |
| CMAF-CIO | | 290.085 | | 8.722 | 7.708 | 306.516 | 41.222 | | | 16.627 | | | | | | | | | 57.850 | | | 1.039 | 1.039 | 365.405 |
| COB | | 489.622 | 1.574 | 25.475 | | 516.670 | 104.144 | | | | | | | | | | | | 104.144 | 34.382 | | 1.633 | 36.016 | 656.830 |
| COE | | 164.160 | | 6.795 | | 170.955 | | | 13.831 | | | | | | | | | | 13.831 | | | 323 | 323 | 185.109 |
| EDU | | | -328 | | | -328 | | | | | | | | | | | | | | | | | | -328 |
| GFMUL | | 17.161 | | 455 | | 17.616 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 17.616 |
| IA | | 355.450 | | | | 355.450 | 75.852 | | 2.100 | | | | | | | | | | 77.952 | | | 143.175 | 143.175 | 576.577 |
| IBEB | | 67.645 | 6.924 | | | 74.569 | -1.012 | | 16.506 | 14.242 | | | | | | | | | 29.736 | | | | | 104.305 |
| IDL | | 616.171 | 72.624 | 16.568 | 44.009 | 749.371 | 333.409 | | 94.435 | 41.311 | | | | 1.009 | | | | | 470.163 | 14.982 | | 13.628 | 28.610 | 1.248.144 |
| LASIGE | | 132.455 | 12.550 | 5.213 | 19.714 | 169.932 | 292.076 | | 25.054 | 6.618 | | | | | 168 | | | | 323.917 | 16.067 | | 5.312 | 21.379 | 515.227 |
| LOIS | | 15.211 | | | | 15.211 | | | 73.459 | 10.135 | | | | | | | | | 83.594 | 9.444 | | 11.886 | 21.329 | 120.134 |
| MARE | | 557.159 | 248.101 | 2.297 | 16.853 | 824.410 | 51.771 | | 17.285 | 9.215 | | | | | | | | | 78.272 | 57.570 | | 16.065 | 73.635 | 976.317 |
| NLX | | 2.064 | | | | 2.064 | | | | | | | | | | | | | | | | 15.292 | 15.292 | 17.357 |
| Sem UI&D Associada | | 80.605 | 13 | -121.839 | | -41.221 | 725 | | 10.543 | | | | | | | | | | 11.269 | | | 47.634 | 47.634 | 17.682 |
| FFCUL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1.395.075 | 1.395.075 | 1.395.075 |
| TOTAIS | | 4.781.802 | 534.172 | -48.344 | 139.462 | 5.407.093 | 1.744.157 | | 483.950 | 142.260 | | | | 560 | 1.009 | | | 2.371.936 | 308.724 | | 1.845.630 | 2.154.353 | 9.933.382 | |

Tabela 28 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) 2016 (Fundos) (componente FFCUL).

2.3 Evolução dos Resultados Líquidos

A descrição da situação económico-financeira no final do exercício de 2016 segue a estrutura já utilizada nos exercícios anteriores (Figura 13).

Em 2016, pela primeira vez, o resultado é negativo, no valor de -33.133€ (-12.171€ antes de imposto).

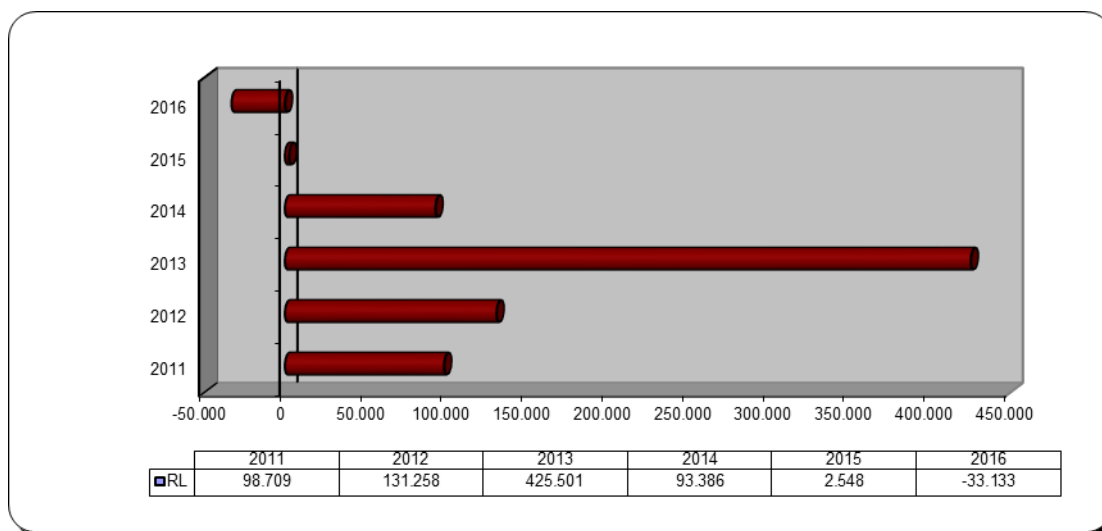


Figura 13 – Evolução dos Resultados Líquidos (depois de imposto) da FFCUL

O Resultado Líquido negativo de 2016 decorre dos seguintes factores:

- O início tardio da execução dos novos projetos FCT, que se efectuou apenas a partir do 2º semestre de 2016, afectando significativamente o valor dos gastos gerais gerados no 1º semestre de 2016 – ver Figura 14;
- A reduzida execução das Unidades de Investigação no 1º semestre de 2016, com a mesma consequência – ver Figura 14;
- O encerramento contabilísticos de CC's, como descrito na secção 1.1, Tabela 4, que levou a uma contabilização de custos na ordem de 24 k€;
- Como consequência da decisão do Conselho Geral da FFCUL de 14-11-2016 (ver Introdução, tópico 38-b), foi constituída uma provisão no montante referente aos valores quantificados a pagar a cada trabalhador pela caducidade do seu contrato, para que na cessão de posição contratual a ocorrer entre a FFCUL e a FCIências.ID, esta possa assumir a antiguidade adquirida por cada trabalhador da FFCUL, por forma a cumprir o princípio da neutralidade inerente ao processo.

Dessa provisão 14.190,39€ correspondem a direitos adquiridos em 2016 e estão directamente refletidos no resultado de 2016; os restantes 371.028,58€ foram refletidos em resultados transitados, visto serem valores apurados até 2015.

- A contabilização de um gasto com uma imparidade de 15.922,81€ pela participação financeira da Fundação na PETSYS, S.A. (7,10%) decorrente do Resultado Líquido negativo dessa empresa em 2015, mas que a FFCUL apenas pode assumir em 2016.

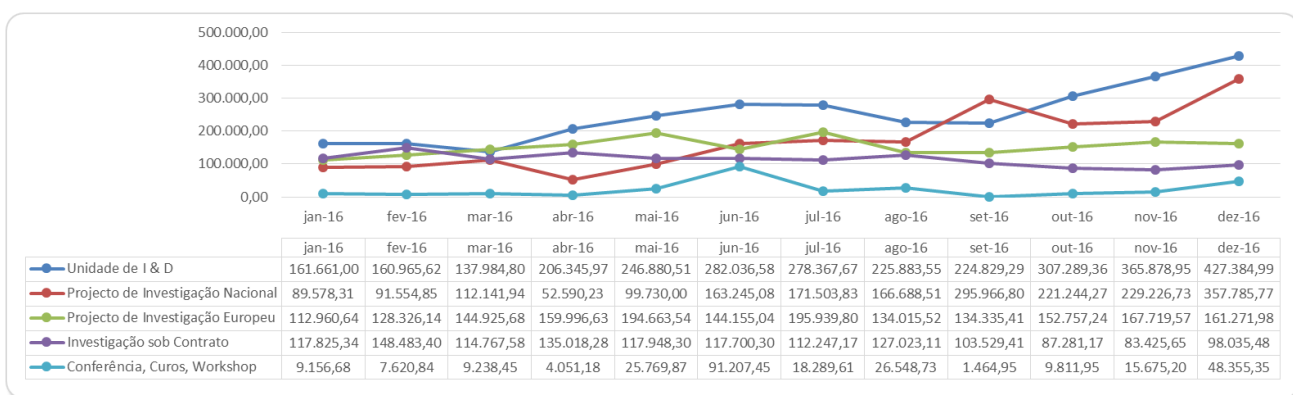


Figura 14 – Evolução da Execução por Tipologia de Projeto

2.4 Estrutura de Rendimentos e Gastos Indiretos antes do Imposto

Descreve-se na Tabela 29 a estrutura de gastos e rendimentos da FFCUL em 2016:

| Rubrica | 2015 | 2016 | Var % | Var Abs |
|-------------------------------------|------------------|------------------|--------------|----------------|
| Verba Aprovada | 1.262.016 | 1.353.089 | 7% | 91.073 |
| Juros Credores | 704 | 69 | -90% | -636 |
| Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio | 45.812 | 29.747 | -35% | -16.064 |
| Total Receitas | 1.308.532 | 1.382.905 | 6% | 74.373 |
| Recursos Humanos | 733.090 | 669.737 | -9% | -63.353 |
| Aquisição de Serviços | 162.616 | 151.963 | -7% | -10.653 |
| Outras Despesas Correntes | 67.732 | 47.364 | -30% | -20.368 |
| Despesas Bancárias | 8.123 | 6.811 | -16% | -1.311 |
| Equipamento | 17.426 | 7.200 | -59% | -10.225 |
| Outros Gastos / Dif. Câmbio | 15.442 | 31.394 | 103% | 15.953 |
| Riscos de Projectos | -131.773 | 23.851 | -118% | 155.624 |
| Despesas LSE | 423.305 | 456.756 | 8% | 33.450 |
| Total Despesas | 1.295.959 | 1.395.075 | 8% | 99.116 |
| Resultado | 12.572 | -12.171 | -197% | -24.743 |

Tabela 29 – Estrutura de Gastos e Rendimentos da FFCUL (2016)

Do lado da **Receita** verifica-se um acréscimo de (6%) face a 2015. Destaca-se:

- O aumento das receitas provenientes de gastos gerais (7%), consequência da execução ao longo de 2016.
- A diminuição dos Juros Credores, decorrente da aplicação do n.º 6, do art.º 63.º, da Lei nº 3-B/2010 de 28-04-2010 (Princípio da unidade de tesouraria). Com efeito, as receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria revertem para o Estado. Assim, foram transferidos para a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) 205,92€ de juros e pagos em imposto 69€, correspondentes a 25% de retenção de juros s/Dep.Bancários.
- A variação dos “Outros Rendimentos / Dif. De Câmbio”, motivado pelas diferenças de Câmbio a favor da FFCUL.

Do lado da **Despesa**, note-se que:

- Os “Recursos Humanos” são a rubrica de maior peso relativo (48%); a sua relevância diminuiu todavia em 2016 tanto em peso como em valor absoluto (Secção 0).
- As “Despesas LSE” (Limpeza, Segurança e Energia) são a segunda rubrica de maior peso (33%), referindo-se à comparticipação dos gastos incorridos pela FCUL (457 k€) com o acolhimento de projetos. Apesar da diminuição da actividade, este valor aumentou, essencialmente por não existir um modelo que ajuste automaticamente esta componente em função da execução, situação que terá de ser ultrapassada no futuro.
- Em “Aquisição de Serviços”, estão contemplados os gastos incorridos com a subcontratação dos serviços de contabilidade e processamento salarial, auditoria e revisão de contas, manutenção de equipamentos, medicina do trabalho, serviços de propriedade intelectual e gastos de advocacia.
- Salienta-se o aumento significativo do valor em “Riscos de Projetos”. O encerramento contabilístico de projetos teve grande impacto, motivado por correções e movimentos contabilísticos que geraram uma correção positiva pouco inferior a 24 k€.
- A variação em “Despesas Bancárias” reflete um aumento do número de transferências bancárias internacionais, i.e. os custos a elas associadas.
- O aumento com os custos em “Outros gastos / Diferenças de Câmbio” está relacionado com uma preponderância das diferenças de câmbio desfavoráveis no âmbito da faturação e dos pagamentos ao estrangeiro.

3. Situação Económica e Financeira

Os diversos elementos contabilísticos permitem concluir que a evolução da FFCUL em 2016 manteve-se estável, num contexto económico-financeiro e institucional dos mais complexos da sua vida. A gestão financeira adotada nos últimos anos assentou sempre num perfil

prudente, por forma a permitir a liquidez e a estabilidade financeira e a manter a boa execução dos Projetos de Investigação.

3.1 Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido de 2016 foi negativo em -33.133€. Face ao resultado positivo de 2.548€ em 2015, este resultado justifica-se com a imputação de custos associados ao encerramento contabilístico de projetos, com a provisão das caducidades adquiridas em 2016 e com a imparidade contabilizada relativa à participação financeira na PETSYS,S.A..

3.2 Fundos Patrimoniais

Na perspetiva de Balanço, há a salientar a continuação do valor significativo dos Fundos Patrimoniais que, em 2016 atingiram 2.480.735€. Face ao valor dos fundos patrimoniais de 2015 há uma redução de 443.337€, explicada pela redução em termos líquidos do valor contabilizado dos subsídios ao investimento (Figura 15).

O valor contabilizado nos fundos patrimoniais na rubrica de Ajustamentos de fundos patrimoniais (Subsídios) no montante de 1.344.591€ (ver ponto 11.13 Balanço).é uma consequência direta da introdução das normas do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), o qual tem por base as Normas Internacionais de Contabilidade compatíveis com as Diretivas Comunitárias sobre o relato Financeiro. Verificou-se em 2009 uma alteração profunda na contabilização dos Fundos Patrimoniais na FFCUL.

De acordo com a NCRF22, a FFCUL contabiliza nos Fundos Patrimoniais o valor das aquisições de Ativos Fixos Tangíveis, quando existe uma segurança razoável do recebimento desses subsídios ao investimento. Como consequência foram aumentados ao valor dos Fundos Patrimoniais da FFCUL 1.327.211,37€ (ver ponto 7. Balanço).

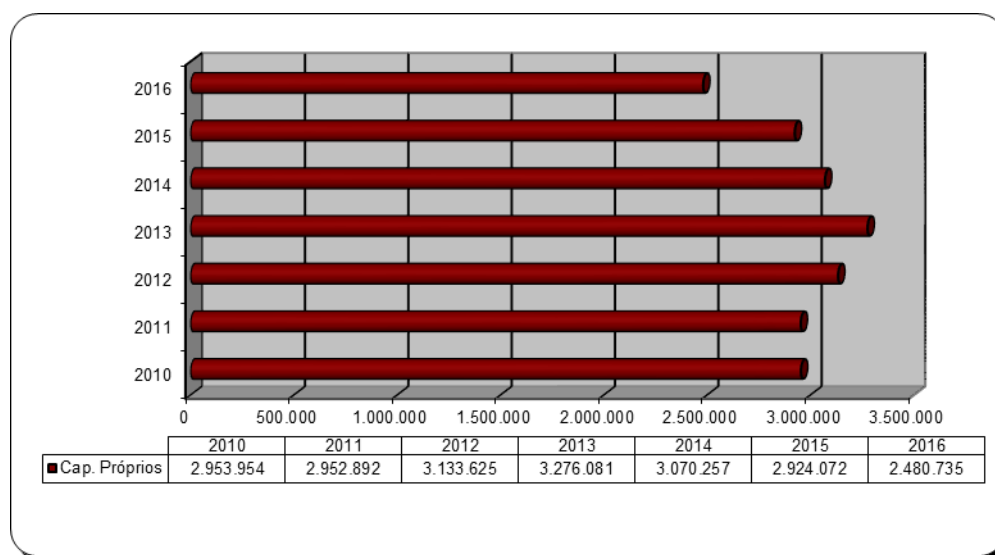


Figura 15 – Evolução dos Fundos Patrimoniais da FFCUL

3.3 Estrutura do Balanço

A estrutura do Balanço apresenta, mais uma vez, uma variação significativa nos Ativos Fixos Tangíveis (Tabela 30):

| Rubrica | 2015 | 2016 | Varição |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Activo Não Corrente | 1 521 678 | 1 576 947 | 55 269 |
| Activos Fixos Tangíveis | 1 461 713 | 1 550 426 | 88 713 |
| Outras Activos Não Correntes | 59 966 | 26 521 | -33 444 |
| Activo Corrente | 11 941 568 | 10 578 883 | -1 362 684 |
| Clientes | 292 991 | 337 803 | 44 812 |
| Outros Créditos a Receber | 6 871 723 | 7 165 961 | 294 238 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 4 698 320 | 2 980 236 | -1 718 084 |
| Outros Activos Correntes | 78 533 | 94 883 | 16 350 |
| Total do Activo Líquido | 13 463 246 | 12 155 830 | -1 307 415 |
| Fundos Patrimoniais | 2 924 072 | 2 480 735 | -443 338 |
| Fundos | 1 995 | 1 995 | 0 |
| Resultados Transitados | 1 553 142 | 1 184 662 | -368 481 |
| Ajustamentos em Activos Financeiros | 0 | 0 | 0 |
| Ajustamentos de Fundos Patrimoniais | 1 366 387 | 1 327 211 | -39 176 |
| Resultado Líquido do Período | 2 548 | -33 133 | -35 681 |
| Passivo | 10 539 173 | 9 675 095 | -864 078 |
| Passivo Não Corrente | 0 | 385 219 | 385 219 |
| Provisões Específicas | 0 | 385 219 | 385 219 |
| Passivo Corrente | 10 539 173 | 9 289 876 | -1 249 297 |
| Fornecedores | 95 491 | 175 451 | 79 961 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 48 785 | 53 847 | 5 062 |
| Financiamentos Obtidos | 2 222 | 17 613 | 15 391 |
| Outros Passivos Correntes | 1 765 952 | 841 516 | -924 435 |
| Diferimentos | 8 626 724 | 8 201 448 | -425 276 |
| Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo | 13 463 246 | 12 155 830 | -1 307 415 |

Tabela 30 – Estrutura do Balanço

Face aos Ativos Fixos Tangíveis do ano anterior, em 2016 verificou-se um aumento (88.713€), que se justifica pelo acréscimo das aquisições de 2016 no montante de 950.686€, face ao valor das aquisições em 2015 no valor de 739.689€.

As rubricas mais significativas do **Activo Corrente** continuam a ser:

- a) **Outros Créditos a Receber** - representam os gastos já incorridos com projetos, mas cujas verbas ainda não foram recebidas (7.165.961€ contra 6.871.723€ em 2015),

registando, desta forma um aumento de 294.238€, refletindo-se no ligeiro aumento da atividade da Fundação.

- b) **Disponibilidades** - representam 2.980.236€, registando um decréscimo de 37% face a 2015 (4.698.320€) no montante de 1.718.084€. Justifica-se principalmente pelo aumento de 294.238€ na rubrica de “Outras Contas a Receber” conjugada com a diminuição na rubrica de “Outras Contas a Pagar” em cerca de 924.435€ e o aumento da dívida a fornecedores de 79.961€.
- c) Uma última referência para os saldos de Clientes, de 337.803€, e de Outros Ativos Correntes (Adiantamentos a fornecedores, estado, diferimentos) de 94.883€, que apresentam, respetivamente, um acréscimo de 15% e um acréscimo de 21% face ao ano anterior.

Relativamente à dívida do **ICAT** (já extinto) contabilizada na rubrica de outras contas a receber, refira-se que:

- Em 2014, o ICAT não pagou a sua dívida de acordo com o Plano aprovado pelos Credores em Assembleia realizada no Tribunal de Comércio em 20 de fevereiro de 2009 e com despacho de sentença homologatória do Tribunal em 23 de Setembro de 2009 (valor anual de cerca de 26 k€). Com efeito, por um lado, esta Associação passou a ser gerida pela Comissão Liquidatária, não tendo qualquer espécie de liquidez de tesouraria; por outro lado, o adiamento da extinção formal do ICAT para 2015 inviabilizou que a FCUL assumisse os compromissos do ICAT no serviço da dívida à FFCUL.
- Em 31 de julho de 2014 foi assinado entre o ICAT, a FCUL e a FFCUL um acordo de pagamento e quitação da dívida, a transitar do ICAT para a FCUL, no montante total de 157.160,49€ e a abater até ao limite do prazo aprovado no Plano de Pagamentos com o ICAT (23 de setembro de 2019). Em dezembro de 2015 foi definindo entre a FFCUL e a FCUL a forma de pagamento e quitação da dívida que transitou do ICAT para a FCUL. Foi acordado um pagamento trimestral de valor uniforme, com início de contagem no último trimestre de 2015 e início de pagamentos no primeiro trimestre de 2016. Desta forma, no R&C de 2016, a FCUL cumpriu com o plano de pagamentos e liquidou a dívida programada para o 4º trimestre de 2015 e para o ano de 2016.

No que respeita ao **Passivo**, mantém-se a inexistência de passivos remunerados. Todavia, o passivo global passou de 10.539.173€ em 2015 para 9.675.095€ em 2016, o que se pode explicar através da variação das seguintes rubricas:

- a) Em **Fornecedores**, um acréscimo no montante de 79.961€, e que reflete o aumento da execução das Unidades de Investigação e dos Projetos FCT no 2º semestre, de modo a aumentar os rácios de execução.

- b) Na rubrica de **Outros Passivos Correntes**, um decréscimo no montante de 924.435€ onde o peso principal reside nas verbas a transferir para Parceiros, resultante de subsídios recebidos.
- c) Nos **Diferimentos**, constituídos essencialmente por adiantamentos recebidos por conta de Subsídios à Exploração (3.468.401€), ao Investimento (525.980€), à Investigação Sob Contrato (3.055.039€) e de *overheads* (1.152.029€). No ano de 2016 totalizaram 8.201.448€, ou seja, 85% do Passivo, tendo registado uma diminuição de 425.276€ face a 2015, motivado pelo encerramento de diversos Projetos.

3.4 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que os Resultados Líquidos do exercício, no montante de -33.133€, sejam integralmente aplicados na rubrica de Resultados Transitados.

4. Perspetivas futuras

O ano de 2017 será marcado pela transferência da atividade da FFCUL para a FCIências.ID, um processo cuja preparação se iniciou já em finais de 2016.

Os projetos financiados pela FCT, incluindo as unidades de investigação, foram já transferidos em bloco a 1 de março de 2017. No caso dos projetos europeus e das prestações de serviços, a transferência será casuística, devendo ser objecto, em cada projecto, de acordo com os financiadores, com a concordância das entidades coordenadoras e dos investigadores responsáveis.

Em 2017, com base na consolidação contabilística da atividade da FFCUL, serão identificados os centros de custos de prestação de serviços que poderão, ou que não poderão, ser transferidos para a FCIências.ID. Estes últimos serão transferidos para a FCUL, nos termos dos Estatutos da FFCUL e no quadro do seu processo de extinção.

É objectivo do Conselho Diretivo da FFCUL, com o acordo do Conselho Geral, submeter até finais de 2017 ao Diretor da FCUL a proposta de extinção da Fundação. Apesar do empenho que este Conselho Diretivo e todos os trabalhadores da FFCUL colocarão neste processo, podem surgir dificuldades na concretização desta intenção – como ocorreram aliás noutros casos semelhantes.

2017 será, portanto, um ano difícil. O processo de transferência progressiva dos projetos obrigará à simultaneidade da coordenação e gestão de tarefas - em parte desenvolvidas no quadro das atividades da FFCUL, e em parte desenvolvidas no quadro das atividades da FCIências.ID - na interface com os utilizadores, com as entidades de financiamento, e ainda com impacto nos sistemas de contabilidade.

A gestão de tesouraria será crítica, de ambos os lados. O calendário é difícil de prever e antecipar, pois depende essencialmente das entidades financiadoras. Os Conselhos de Administração e as Direções Executivas das duas instituições, com o apoio da FCUL, terão portanto um ano de trabalho intenso, passível de contingências e que só o empenho, dedicação e profissionalismo de todos permitirá ultrapassar.

Até à sua extinção, todas as regras a que a FFCUL (que é uma Fundação Pública de Direito Privado) está sujeita mantêm-se, e espera-se poder continuar com a beneficiar da ajuda esclarecida do Secretário-Geral da Educação e Ciência.

5. Agradecimentos

O Conselho Diretivo da Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- A todos os investigadores e docentes da FCUL que viabilizaram, através das suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da FFCUL, o trabalho desta Instituição, que lhes deve a sua existência e a quem, acima de tudo, pretende servir;
- À Direção da FCUL, entidade instituidora e tutelar, pelo apoio, confiança, supervisão e permanente incentivo para que a FFCUL cumpra com sucesso a missão para que foi criada.
- Às entidades financiadoras e a todas as outras entidades que recorreram aos serviços da FFCUL e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários, colaboradores e auditores da FFCUL pela qualidade do desempenho das tarefas que desenvolvem;
- Ao Fiscal Único e à Mesa do Conselho Geral, pelo interesse e colaboração prestados;
- Ao Secretário-Geral de Educação e Ciência, Dr. Capaz Coelho, por toda a ajuda prestada.

Lisboa, 15 de março de 2017

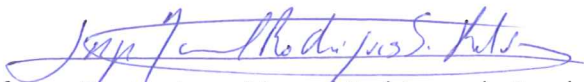
O Conselho Diretivo



Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão



Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias



Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

6. Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2016

Mesa do Conselho Geral

Presidente

Professor José Artur Martinho Simões

Conselho Diretivo

Presidente

Professor Doutor José Manuel de Nunes Vicente e Rebordão

Vogal

Professora Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias

Vogal

Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas

Fiscal Único

BDO & associados, SROC, representada pelo

Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

7. Balanço

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015

(Montantes expressos em Euros)

| | NOTAS | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------|----------------------|----------------------|
| ACTIVO | | | |
| ACTIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Activos fixos tangíveis | 6 | 1.550.425,87 | 1.461.712,57 |
| Activos intangíveis | 7 | 12.963,96 | 30.485,52 |
| Investimentos Financeiros | 8 | 13.557,19 | 29.480,00 |
| | | 1.576.947,02 | 1.521.678,09 |
| ACTIVO CORRENTE | | | |
| Créditos a receber | 10 | 7.532.570,83 | 7.189.954,76 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 17 | 31.304,30 | 29.011,68 |
| Diferimentos | 11 | 34.772,20 | 24.280,98 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 2.980.235,76 | 4.698.320,09 |
| | | 10.578.883,09 | 11.941.567,51 |
| Total do Activo | | 12.155.830,11 | 13.463.245,60 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| FUNDOS | | | |
| Resultados Transitados | 12 | 1.995,19 | 1.995,19 |
| Ajustamentos de fundos patrimoniais | 13 | 1.184.661,58 | 1.553.142,13 |
| | | 1.327.211,37 | 1.366.387,12 |
| Resultado Líquido do período | | -33.133,19 | 2.548,03 |
| Interesses minoritários | | | |
| Total dos Fundos Patrimoniais | | 2.480.734,95 | 2.924.072,47 |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Provisões Específicas | 19 | 385.218,97 | 0,00 |
| | | 385.218,97 | 0,00 |
| PASSIVO CORRENTE | | | |
| Fornecedores | 16 | 175.451,38 | 95.490,57 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 17 | 53.847,37 | 48.785,26 |
| Financiamentos obtidos | 4 e 14 | 17.613,06 | 2.221,82 |
| Outros passivos correntes | 15 | 841.516,14 | 1.765.951,51 |
| Diferimentos | 18 | 8.201.448,24 | 8.626.723,97 |
| | | 9.289.876,19 | 10.539.173,13 |
| Total do Passivo | | 9.675.095,16 | 10.539.173,13 |
| Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo | | 12.155.830,11 | 13.463.245,60 |

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Frasquilho

CONSELHO DIRETIVO

M. Manuel D. H. J. Nave de Lus. nota
 João Pedro de Jesus S. Paulo

8. Demonstração dos Resultados

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DE DEZEMBRO 2015

(Montantes expressos em Euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | 2016 | 2015 |
|---|--------|---------------|---------------|
| Vendas e Prestação de Serviços | 20 | 1.689.451,71 | 1.523.750,32 |
| Subsídio, doações e legados à exploração | 21 | 5.982.739,06 | 5.875.238,49 |
| Fornecimento e serviços externos | 22 | -3.321.196,71 | -3.132.228,83 |
| Gastos com o pessoal | 23 | -1.099.633,59 | -1.180.782,61 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 24 | 576,22 | 1.110,00 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | -14.190,39 | 0,00 |
| Outros rendimentos | 26 | 1.086.816,98 | 1.361.137,21 |
| Outros gastos | 27 | -3.535.496,64 | -3.519.315,44 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto | | 789.066,64 | 928.909,14 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 27 | -802.644,03 | -917.008,01 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -13.577,39 | 11.901,13 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 28 | 1.410,71 | 780,26 |
| Juros e gastos similares suportados | 29 | -3,98 | -108,96 |
| Resultado antes de impostos | | -12.170,66 | 12.572,43 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 9 e 17 | -20.962,53 | -10.024,40 |
| Resultado Líquido do período | | -33.133,19 | 2.548,03 |

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Frascquilho

CONSELHO DIRETIVO

M. Manuel (M)

René de Luz nete

João José Rodrigues S. Paulo

9. Demonstração de Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais

31 de Dezembro 2016

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------|-----------------------|---------------------|
| Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 1.657.312,07 | 2.431.657,40 |
| Pagamento de subsídios | 21 | (5.549.611,49) | (6.516.170,98) |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.368.448,09) | (3.666.838,39) |
| Pagamentos ao pessoal | | (637.644,30) | (681.237,70) |
| Caixa gerada pelas operações | | (7.898.391,81) | (8.432.589,67) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (9.319,97) | (12.788,07) |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 6.551.274,49 | 9.574.049,59 |
| Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1) | | (1.356.437,29) | 1.128.671,85 |
| Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | (908.472,92) | (742.627,36) |
| Activos intangíveis | | (9.200,73) | (17.646,93) |
| Investimentos financeiros | | - | - |
| Propriedades de Investimento | | - | - |
| | | (917.673,65) | (760.274,29) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | - | - |
| Activos intangíveis | | - | - |
| Investimentos financeiros | | - | - |
| Outros activos | | - | - |
| Subsídios ao investimento | 21 | 539.224,66 | 618.428,73 |
| Juros e rendimentos similares | 28 | 1.410,71 | 780,26 |
| Dividendos | | - | - |
| | | 540.635,37 | 619.208,99 |
| Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2) | | (377.038,28) | (141.065,30) |
| Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | - | - |
| Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - | - |
| Cobertura de prejuízos | | - | - |
| Doações | | - | - |
| Outras operações de financiamento | | - | - |
| | | - | - |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | - | - |
| Juros e gastos similares | | - | (108,96) |
| Dividendos | | - | - |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - | - |
| Outras operações de financiamento | | - | - |
| | | - | (108,96) |
| Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3) | | - | (108,96) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | (1.733.475,57) | 987.497,59 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 4 | 4.696.098,27 | 3.708.600,68 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 4 | 2.962.622,70 | 4.696.098,27 |

Para ser lido com as notas aexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Frasnquillo

CONSELHO DIRETIVO

M. Nave do lus nóte

Jan 2017

10. Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

| | Notas | Capital realizado | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Ajustamentos em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Total | Interesses minoritários | Total do capital próprio |
|--|-----------|-------------------|--|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|-----------|-------------------------|--------------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2016 Reexpresso | 1 | 1.995 | - | - | - | 1.553.142 | - | - | 1.366.387 | 2.548 | 2.924.072 | - | 2.924.072 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeito de aquisição / alienação de participadas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais: | | - | - | - | - | (371.029) | - | - | (39.176) | - | (410.204) | - | (410.204) |
| | 2 | - | - | - | - | (371.029) | - | - | (39.176) | - | (410.204) | - | (410.204) |
| Resultado líquido do exercício | 3 | | | | | | | | | (33.133) | (33.133) | - | (33.133) |
| Resultado integral | 4=2+3 | | | | | | | | | (33.133) | (443.338) | - | (443.338) |
| Operações com detentores de fundos no exercício: | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de fundos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realizações de prémios de emissão | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuições | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplicação de Resultados | | - | - | - | - | 2.548 | - | - | - | (2.548) | - | - | - |
| Entradas para cobertura de perdas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras operações | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 5 | - | - | - | - | 2.548 | - | - | - | (2.548) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2016 | 6=1+2+3+5 | 1.995 | - | - | - | 1.184.662 | - | - | 1.327.211 | (33.133) | 2.480.735 | - | 2.480.735 |

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Frasquilho

CONSELHO DIRETIVO

Maria José
 nome de us. note
 José Augusto S. Neto

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEMONSTRAÇÕES (CONSOLIDADAS) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

| | Notas | Capital realizado | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Ajustamentos em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Total | Interesses minoritários | Total do capital próprio |
|--|-----------|-------------------|--|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|-----------|-------------------------|--------------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2015 Reexpresso | 1 | 1.995 | - | - | - | 1.459.756 | - | - | 1.515.119 | 93.386 | 3.070.256 | - | 3.070.256 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeito de aquisição / alienação de participadas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais: | | - | - | - | - | - | - | - | (148.732) | - | (148.732) | - | (148.732) |
| | 2 | - | - | - | - | - | - | - | (148.732) | - | (148.732) | - | (148.732) |
| Resultado líquido do exercício | 3 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.548 | 2.548 | - | 2.548 |
| Resultado integral | 4=2+3 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.548 | (146.184) | - | (146.184) |
| Operações com detentores de capital no exercício: | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de fundos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Realizações de prémios de emissão | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuições | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplicação de Resultados | | - | - | - | - | 93.386 | - | - | - | (93.386) | - | - | - |
| Entradas para cobertura de perdas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras operações | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 5 | - | - | - | - | 93.386 | - | - | - | (93.386) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2015 | 6=1+2+3+5 | 1.995 | - | - | - | 1.553.142 | - | - | 1.366.387 | 2.548 | 2.924.072 | - | 2.924.072 |

O anexo faz parte integrante desta demonstração (consolidada) das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

CONTABILISTA CERTIFICADO

Rita Frascuilho

CONSELHO DIRETIVO

Im Manoel
 nome de uma rede
 José António S. Silva

11. Anexos ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

11.1 Nota Introdutória

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP é uma Fundação Pública de Direito Privado, com sede em Edifício C 3 – Campo Grande - Lisboa, constituída em Janeiro de 1993 que tem como atividade principal fomentar as atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, formação, consultoria e divulgação.

11.2 Principais Políticas Contabilísticas de Preparação das Demonstrações Financeiras

11.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 DE 2 DE Junho 2015, E pela Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) consignada no Aviso nº 8259/2015, tendo sido adoptadas as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as ESNL, de acordo com o disposto na Portaria 220/20158 de 24 de Julho.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direcção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada unidade monetária, estão expressos em EUROS.

11.2.2 Disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo derrogadas no exercício

Não aplicável

11.2.3 Rubricas não comparáveis com o exercício anterior

Não aplicável

11.3 Principais Políticas Contabilísticas

11.3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas numa perspetiva de transferência para a FCIências.ID da atividade da Fundação e dos recursos e responsabilidades relacionados e de subsequente extinção da Fundação, tendo sido contabilizada uma provisão específica para reestruturação, para fazer face às responsabilidades estimadas com a caducidade de contratos de trabalhos, para que, na transferência da atividade da FFCUL para a FCIências.ID, esta possa assumir a antiguidade adquirida por cada trabalhador da FFCUL.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

11.3.2 Investimentos Financeiro

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo anualmente avaliada a necessidade de contabilização de perdas de imparidade.

11.3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

11.3.4 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

11.3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

11.3.6 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

11.3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com

itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

11.3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos, cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

11.3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

11.3.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

11.3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

11.3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

11.3.13 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

11.4 Fluxos de Caixa

11.4.1 Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Numerário | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 2.980.235,76 | 4.698.320,09 |
| Aplicações de tesouraria | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> |
| Caixa e seus equivalentes | <u>2.980.235,76</u> | <u>4.698.320,09</u> |
| | | |
| Linhas de crédito de curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Descobertos bancários | <u>17.613,06</u> | <u>2.221,82</u> |
| Caixa e depósitos bancários | <u>17.613,06</u> | <u>2.221,82</u> |
| | <u>2.962.622,70</u> | <u>4.696.098,27</u> |

Os montantes registados em Balanço na rubrica Financiamentos obtidos respeitam ao saldo credor que se encontra evidenciado na rubrica Caixa e Bancos no valor de 17.613,06€.

11.5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

11.6 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| 2016 | | | | | |
|--|---------------------|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|----------------------|
| | Equipam. básico | Equipam. de transporte | Equipam. administ. | Outros activos fixos tangíveis | Total |
| Activo bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | 4.270.673,51 | 89.697,97 | 5.186.454,96 | 2.586.970,17 | 12.133.796,61 |
| Aquisições | 592.021,71 | | 339.669,49 | 18.995,11 | 950.686,31 |
| Alienações | | | | | |
| Transferências | | | | | |
| Abates | -85.070,64 | | -4.771,05 | -6.138,54 | -95.980,23 |
| Revalorizações (Nota __) | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | <u>4.777.624,58</u> | <u>89.697,97</u> | <u>5.521.353,40</u> | <u>2.599.826,74</u> | <u>12.988.502,69</u> |
| Depreciações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | 3.538.541,83 | 89.697,97 | 4.969.075,54 | 2.074.768,70 | 10.672.084,04 |
| Amortizações do exercício | 302.959,34 | | 254.096,83 | 218.865,57 | 775.921,74 |
| Perdas por imparidade do exercício | | | | | |
| Reversões de perdas por imparidade | | | | | |
| Alienações | | | | | |
| Transferências | | | | | |
| Abates | -1.559,97 | | -3.798,18 | -4.570,81 | -9.928,96 |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | <u>3.839.941,20</u> | <u>89.697,97</u> | <u>5.219.374,19</u> | <u>2.289.063,46</u> | <u>11.438.076,82</u> |
| Activo líquido | <u>937.683,38</u> | <u></u> | <u>301.979,21</u> | <u>310.763,28</u> | <u>1.550.425,87</u> |

| 2015 | | | | | |
|--|---------------------|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|----------------------|
| | Equipam. básico | Equipam. de transporte | Equipam. administ. | Outros activos fixos tangíveis | Total |
| Activo bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | 3.904.863,86 | 89.697,97 | 4.894.555,16 | 2.562.019,04 | 11.451.136,03 |
| Aquisições | 370.655,85 | | 299.801,75 | 69.231,13 | 739.688,73 |
| Alienações | | | | | |
| Transferências | | | | | |
| Abates | -4.846,20 | | -7.901,95 | -44.280,00 | -57.028,15 |
| Revalorizações (Nota __) | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | <u>4.270.673,51</u> | <u>89.697,97</u> | <u>5.186.454,96</u> | <u>2.586.970,17</u> | <u>12.133.796,61</u> |
| Depreciações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | 3.263.188,13 | 89.698,06 | 4.630.361,97 | 1.800.143,84 | 9.783.392,00 |
| Amortizações do exercício | 275.353,70 | | 338.815,41 | 274.624,86 | 888.793,97 |
| Perdas por imparidade do exercício | | | | | |
| Reversões de perdas por imparidade | | | | | |
| Alienações | | | | | |
| Transferências | | | | | |
| Abates | | | -101,84 | | -101,84 |
| Outras variações | | -0,09 | | | -0,09 |
| Saldo final | <u>3.538.541,83</u> | <u>89.697,97</u> | <u>4.969.075,54</u> | <u>2.074.768,70</u> | <u>10.672.084,04</u> |
| Activo líquido | <u>732.131,68</u> | <u></u> | <u>217.379,42</u> | <u>512.201,47</u> | <u>1.461.712,57</u> |

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

| Classe homogénea | Anos |
|--------------------------------|------|
| Edifícios e outras construções | |
| Equipamento básico | 1-10 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 1-10 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1-10 |

11.7 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | 2016 | | | | Total |
|--|-------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------|
| | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Outros activos intangíveis | |
| Activo bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | | 334.695,37 | | | 334.695,37 |
| Aquisições | | 9.200,73 | | | 9.200,73 |
| Alienações | | | | | |
| Transferências e abates | | | | | |
| Revalorações (Nota __) | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | | <u>343.896,10</u> | | | <u>343.896,10</u> |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | | 304.209,85 | | | 304.209,85 |
| Amortizações do exercício | | 26.722,29 | | | 26.722,29 |
| Perdas por imparidade do exercício | | | | | |
| Reversões de perdas por imparidade | | | | | |
| Alienações | | | | | |
| Transferências e abates | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | | <u>330.932,14</u> | | | <u>330.932,14</u> |
| Activo líquido | | <u>12.963,96</u> | | | <u>12.963,96</u> |

| | 2015 | | | | Total |
|--|-------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------|
| | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Outros activos intangíveis | |
| Activo bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | | 317.048,44 | | | 317.048,44 |
| Aquisições | | 17.646,93 | | | 17.646,93 |
| Alienações | | | | | |
| Transferências e abates | | | | | |
| Revalorações (Nota __) | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | | <u>334.695,37</u> | | | <u>334.695,37</u> |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | | 275.995,81 | | | 275.995,81 |
| Amortizações do exercício | | 28.214,04 | | | 28.214,04 |
| Perdas por imparidade do exercício | | | | | |
| Reversões de perdas por imparidade | | | | | |
| Alienações | | | | | |
| Transferências e abates | | | | | |
| Outras variações | | | | | |
| Saldo final | | <u>304.209,85</u> | | | <u>304.209,85</u> |
| Activo líquido | | <u>30.485,52</u> | | | <u>30.485,52</u> |

Vidas úteis e amortização

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

| Classe homogénea | Anos |
|-------------------------|------|
| Programas de computador | 1-3 |

11.8 Investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na rubrica “Investimentos financeiros”, bem como das respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | 2016 | | | | |
|--|------------------------------------|----------------|-----------|----------------------|-----------|
| | Método da equivalência patrimonial | Outros métodos | | | Total |
| | | Justo valor | Custo | Total outros métodos | |
| Valor bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | 0,00 | 0,00 | 29.480,00 | 29.480,00 | 29.480,00 |
| Aquisições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regularizações - Método da equivalência patrim | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Revalorizações de justo valor (Nota __) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo final | 0,00 | 0,00 | 29.480,00 | 29.480,00 | 29.480,00 |
| Perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 26) | 0,00 | 0,00 | 15.922,81 | 15.922,81 | 15.922,81 |
| Reversões de perdas por imparidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo final | 0,00 | 0,00 | 15.922,81 | 15.922,81 | 15.922,81 |
| Activo líquido | 0,00 | 0,00 | 13.557,19 | 13.557,19 | 13.557,19 |

| | 2015 | | | | |
|--|------------------------------------|----------------|-----------|----------------------|-----------|
| | Método da equivalência patrimonial | Outros métodos | | | Total |
| | | Justo valor | Custo | Total outros métodos | |
| Valor bruto: | | | | | |
| Saldo inicial | 0,00 | 0,00 | 29.480,00 | 29.480,00 | 29.480,00 |
| Aquisições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regularizações - Método da equivalência patrim | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Revalorizações de justo valor (Nota __) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo final | 0,00 | 0,00 | 29.480,00 | 29.480,00 | 29.480,00 |
| Perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo inicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 26) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reversões de perdas por imparidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo final | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Activo líquido | 0,00 | 0,00 | 29.480,00 | 29.480,00 | 29.480,00 |

A Fundação detém uma participação financeira na entidade PETSYS, S.A, adquirida pelo montante de 29.480,00 Euros, representativa de 7,10% de capital. À data de apresentação do fecho de 2016, não foi disponibilizado à FFCUL, as Demonstrações Financeiras da empresa PETSYS, por as mesmas ainda não estarem concluídas.

11.9 Imposto sobre o rendimento

A Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP encontra-se sujeito a um regime de tributação misto, sendo parte das operações realizadas não sujeitas a tributação, uma vez que não têm por finalidade a obtenção de resultados e a parte relativa a prestações de serviços e custos associados tributáveis pelo regime geral.

Na parte tributável a Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 21% sobre a matéria coletável

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2016 e em 2015.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos de 2012 e 2013 são reportáveis durante um período de 5 anos e, os gerados a partir de 2014, são reportáveis por um período de 12 anos.

11.10 Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os créditos a receber pela Empresa têm a seguinte composição:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|----------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| | Valor bruto | Imparidade acumulada | Valor líquido | Valor bruto | Imparidade acumulada | Valor líquido |
| Não correntes: | | | | | | |
| Cientes, conta corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contas a Receber | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> |
| | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> |
| Correntes: | | | | | | |
| Cientes, conta corrente | 435.978,14 | 98.175,08 | 337.803,06 | 391.742,78 | 98.751,30 | 292.991,48 |
| Adiantamento de fornecedor | 28.806,63 | 0,00 | 28.806,63 | 25.240,54 | 0,00 | 25.240,54 |
| Outras Contas a Receber | 7.165.961,14 | 0,00 | 7.165.961,14 | 6.871.722,74 | 0,00 | 6.871.722,74 |
| | <u>7.630.745,91</u> | <u>98.175,08</u> | <u>7.532.570,83</u> | <u>7.288.706,06</u> | <u>98.751,30</u> | <u>7.189.954,76</u> |
| TOTAL | <u>7.630.745,91</u> | <u>98.175,08</u> | <u>7.532.570,83</u> | <u>7.288.706,06</u> | <u>98.751,30</u> | <u>7.189.954,76</u> |

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Cientes | 337.803,06 | 292.991,48 |
| Adiantamento de fornecedores | 28.806,63 | 25.240,54 |
| Devedores p/ acresc. rend. | 6.850.449,68 | 6.380.496,98 |
| Adiantamentos Concedidos Projectos | 347,42 | 24.681,14 |
| Parceiros | 137.394,65 | 237.813,82 |
| Outras contas a receber | <u>177.769,39</u> | <u>228.730,80</u> |
| | <u>7.532.570,83</u> | <u>7.189.954,76</u> |

Nos devedores por acréscimo de rendimentos são registadas as verbas ainda não foram recebidas dos financiadores relativas a projetos em nos quais a Fundação adiantou verbas para execução.

11.11 Diferimentos ativos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

| Natureza | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Seguros | 17.655,84 | 13.830,20 |
| Contratos de manutenção | 2.772,78 | 217,70 |
| Assinaturas Publicações | 483,76 | 2.029,29 |
| Licença Informática / Domínios | 12.331,16 | 5.235,79 |
| Outros gastos | <u>1.528,66</u> | <u>2.968,00</u> |
| | <u>34.772,20</u> | <u>24.280,98</u> |

11.12 Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2016, os Fundos da Empresa, era composto com o valor nominal de 1.995,19 Euros.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Fundos: | | |
| Valor nominal | 1.995,19 | 1.995,19 |
| fundo não realizado | 0,00 | 0,00 |
| Custos de emissão | 0,00 | 0,00 |
| | <u>1.995,19</u> | <u>1.995,19</u> |
| Outros instrumentos de fundos próprios | 0,00 | 0,00 |
| Prémios de emissões | 0,00 | 0,00 |
| | <u>1.995,19</u> | <u>1.995,19</u> |

11.13 Ajustamentos de fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------|---------------------|---------------------|
| Subsídios | 1.344.591,44 | 1.383.767,19 |
| Doações | 500,00 | 500,00 |
| Outras | -17.880,07 | -17.880,07 |
| | <u>1.327.211,37</u> | <u>1.366.387,12</u> |

11.14 Financiamentos obtidos

Os montantes registados em Balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos” respeitam aos saldos credores que se encontram evidenciados nas rubricas de Caixa e Bancos, devendo os mesmos ser regularizados no curto prazo.

11.15 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros passivos correntes” tem a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------------|-------------------|---------------------|
| Pessoal | 1.139,17 | 0,00 |
| Fornecedores de investimentos | 40.221,72 | 50.743,72 |
| Credores por acréscimos de gastos | 124.898,60 | 160.197,66 |
| Aiantamentos Concedidos Projectos | 14.093,44 | 8.740,04 |
| Parceiros | 634.386,35 | 1.507.964,58 |
| Outras contas a pagar | 26.776,86 | 38.305,51 |
| | <u>841.516,14</u> | <u>1.765.951,51</u> |

11.16 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|-------------------|------------------|
| Fornecedores, conta corrente | 175.451,38 | 95.490,57 |
| Fornecedores, títulos a pagar | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores, facturas em recepção e conferência | 0,00 | 0,00 |
| | <u>175.451,38</u> | <u>95.490,57</u> |

11.17 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

| | 2016 | | 2015 | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas | | | | |
| Pagamentos por conta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Estimativa de imposto | 0,00 | 20.962,53 | 0,00 | 10.024,40 |
| Retenção na fonte | 8.139,98 | 0,00 | 8.775,75 | 0,00 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 0,00 | 12.157,50 | 0,00 | 15.406,58 |
| Imposto sobre o rendimento - prediais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187,50 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 23.164,32 | 0,00 | 20.235,93 | 0,00 |
| Contribuições para a Segurança Social | 0,00 | 20.727,34 | 0,00 | 23.166,78 |
| | <u>31.304,30</u> | <u>53.847,37</u> | <u>29.011,68</u> | <u>48.785,26</u> |

A 31 de Dezembro de 2016 a Fundação não apresentava dívidas em mora para com as entidades públicas.

11.18 Diferimentos passivos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

| Natureza | 2016 | 2015 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|
| Proveitos Diferidos | 7.049.419,50 | 7.197.996,76 |
| Outros Proveitos Diferidos | 1.152.028,74 | 1.428.727,21 |
| | <u>8.201.448,24</u> | <u>8.626.723,97</u> |

Nos Proveitos Diferidos foram registadas as entradas de verbas para os projectos, as quais serão reconhecidas em rendimentos à medida que forem executadas as despesas dos Projectos.

Nos Outros Proveitos Diferidos são registadas a quota parte (Overheads) relativa às entradas de verba (Subsídio) que também são reconhecidos em rendimentos da Fundação à medida que os Projectos se forem executando.

11.19 Provisões específicas

As provisões para a reestruturação da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| Natureza | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|-------------------|-------------|
| Provisões para reestruturação | 385.218,97 | 0,00 |
| | <u>385.218,97</u> | <u>0,00</u> |

Foi constituída uma provisão no montante de 385.218,97€, referente aos valores quantificados a pagar a cada trabalhador pela caducidade do seu contrato, para que na cessão de posição contratual a ocorrer entre a FFCUL e a FCIências.ID, esta possa assumir a antiguidade adquirida por cada trabalhador da FFCUL, por forma a cumprir o princípio da neutralidade inerente ao processo. Dessa provisão 14.190,39€ são direitos adquiridos em 2016 e estão refletidos no resultado de 2016, os restantes 371.028,58€ foram refletidos em resultados transitados, visto serem valores apurados até 2015.

11.20 Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços reconhecidas pela Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------|---------------------|---------------------|
| Venda de bens | 0,00 | 0,00 |
| Serviços Prestados | 1.689.451,71 | 1.523.750,32 |
| | <u>1.689.451,71</u> | <u>1.523.750,32</u> |

11.21 Subsídios do governo

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

| 2016 | | Montante | Rédito |
|-------------------------------------|--|---------------------|---------------------|
| Subsídio | | recebido | do período |
| Subsídios à exploração: | | 5.549.611,49 | 5.982.739,06 |
| --- | | 0,00 | 0,00 |
| | | <u>5.549.611,49</u> | <u>5.982.739,06</u> |
| Subsídios relacionados com activos: | | 539.224,66 | 862.716,24 |
| --- | | 0,00 | 0,00 |
| | | <u>539.224,66</u> | <u>862.716,24</u> |
| | | <u>6.088.836,15</u> | <u>6.845.455,30</u> |

| 2015 | | Montante | Rédito |
|-------------------------------------|--|---------------------|---------------------|
| Subsídio | | recebido | do período |
| Subsídios à exploração: | | 6.516.170,98 | 5.875.238,49 |
| --- | | 0,00 | 0,00 |
| | | <u>6.516.170,98</u> | <u>5.875.238,49</u> |
| Subsídios relacionados com activos: | | 618.428,73 | 944.871,37 |
| --- | | 0,00 | 0,00 |
| | | <u>618.428,73</u> | <u>944.871,37</u> |
| | | <u>7.134.599,71</u> | <u>6.820.109,86</u> |

11.22 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Serviços Especializados | 1.162.299,44 | 1.120.734,30 |
| Materiais | 490.422,43 | 432.602,23 |
| Energia e fluidos | 210.172,05 | 312.278,36 |
| Deslocações, estadas e transportes | 852.263,37 | 739.061,11 |
| Serviços diversos: | | |
| Rendas e alugueres | 534.261,83 | 465.875,35 |
| Comunicação | 11.728,03 | 19.672,21 |
| Seguros | 2.356,86 | 3.087,10 |
| Contencioso e notariado | 120,99 | 736,89 |
| Despesas de representação | 52.532,32 | 36.584,60 |
| Outros serviços | 5.039,39 | 1.596,68 |
| | <u>3.321.196,71</u> | <u>3.132.228,83</u> |

11.23 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 0,00 | 0,00 |
| Remunerações do pessoal | 901.197,62 | 964.751,96 |
| Benefícios pós-emprego | 0,00 | 0,00 |
| Encargos sobre remunerações | 180.903,39 | 199.152,68 |
| Seguros | 8.220,52 | 8.772,03 |
| Gastos de acção social | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 9.312,06 | 8.105,94 |
| | <u>1.099.633,59</u> | <u>1.180.782,61</u> |

O número médio de pessoal nos exercícios de 2016 e 2015 foram de 35 e 45.

11.24 Imparidade de dívidas a receber

No exercício de 2016 foi registado uma reversão de perdas de imparidades no montante de 576,22 Euros, quando em 2015 o valor da reversão foi 1.110,00.

11.25 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| Rendimentos suplementares | 0,00 | 0,00 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de dívidas a receber | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos nos restantes activos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos em investimentos não financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Outros: | | |
| Subsidio ao Investimento | 862.716,24 | 944.871,37 |
| Correcções de Exercicios Anteriores | 166.573,28 | 358.762,17 |
| Outros | <u>57.527,46</u> | <u>57.503,67</u> |
| | <u>1086.816,98</u> | <u>1361.137,21</u> |

11.26 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| Impostos | 65.069,91 | 111.732,87 |
| Outros: | | |
| Custos com Bolseiros | 2.725.176,76 | 2.404.086,46 |
| Ajudas de Custo | 461.205,09 | 413.627,23 |
| Outros gastos | <u>284.044,88</u> | <u>589.868,88</u> |
| | <u>3.535.496,64</u> | <u>3.519.315,44</u> |

11.27 Depreciações

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Activos fixos tangíveis (Nota 6) | 775.921,74 | 888.793,97 |
| Propriedades de investimento | 0,00 | 0,00 |
| Intangíveis (Nota 7) | <u>26.722,29</u> | <u>28.214,04</u> |
| | <u>802.644,03</u> | <u>917.008,01</u> |

11.28 Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--------------------------------------|----------------|---------------|
| Juros obtidos: | | |
| Depósitos em instituições de crédito | 68,66 | 704,43 |
| Outros financiamentos concedidos | <u>1342,05</u> | <u>75,83</u> |
| | <u>1410,71</u> | <u>780,26</u> |
| | <u>1410,71</u> | <u>780,26</u> |

11.29 Juros e gastos similares suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------|-------------|---------------|
| Juros suportados: | | |
| Outros financiamentos | 3,98 | 108,96 |
| | <u>3,98</u> | <u>108,96</u> |
| | <u>3,98</u> | <u>108,96</u> |

11.30 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.31 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "Partes Relacionadas" tem a seguinte composição:

| Transacções | 2016 | 2015 |
|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | Fac.Ciências Univ. Lisboa | Fac.Ciências Univ. Lisboa |
| Prestação de serviços | 1503,68 | - |
| Serviços adquiridos - Rendas | 456.755,52 | 423.305,30 |
| | 2016 | 2015 |
| | Fac.Ciências Univ. Lisboa | Fac.Ciências Univ. Lisboa |
| Contas a receber | 104.321,36 | 155.949,66 |

Existe uma dívida a favor da Fundação, gerada pelo ICAT, mas herdada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Cumprido o acordado, durante o ano de 2016 a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa pagou à Fundação da Faculdade de Ciências o montante de 52.970,35€.

11.32 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

Contabilista Certificado

Rita Frascquilho

O Conselho Diretivo

M. Maria I. L. L.
 nome de lus not
 José António Rodrigues Ribeiro

Certificação Legal das Contas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP**, (adiante também designada por FFCUL ou Fundação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 12 155 830 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2 480 735 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 33 133 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FFCUL em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

O sistema contabilístico e de controlo interno tem vindo a ser melhorado com vista a ultrapassar determinadas insuficiências que ainda persistem nalgumas áreas, nomeadamente nas confirmações e reconciliações de saldos com terceiros e no sistema de informação de gestão de projetos. Apesar dos esforços que tem vindo a ser desenvolvidos pela Fundação para o encerramento de projetos de anos anteriores, cujo impacto tem sido relevado em Resultados do Exercício, estão por encerrar outros projetos de anos anteriores em fase de análise, relativamente aos quais se desconhece o respetivo impacto ao nível dos Fundos Patrimoniais. Esta limitação ao âmbito do nosso trabalho está a ser acompanhada por parte do Conselho Diretivo da Fundação com vista à sua progressiva resolução.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.
A BDO é Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.



Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e no Anexo, na sequência (i) da decisão, de 26 de outubro de 2016, do Conselho de Escola da FCUL de participar na FCIências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências; (ii) da decisão, de 14 de novembro de 2016, do Conselho Geral da Fundação de aprovar a transferência da atividade da Fundação para a FCIências.ID; e (iii) da constituição, em 9 de janeiro de 2017, desta nova Associação, foram iniciados os contactos com as entidades financiadoras da FFCUL para reconhecimento da FCIências.ID e transferência das responsabilidades contratuais relacionadas (aplicável a todos os contratos de I&D, de pessoal e de bolsa). As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de transferência para a FCIências.ID da atividade da Fundação e dos recursos e responsabilidades relacionados e de subsequente extinção da Fundação, tendo sido contabilizada uma provisão específica para reestruturação, para fazer face às responsabilidades estimadas com a caducidade de contratos de trabalhos, para que, na transferência da atividade da FFCUL para a FCIências.ID, esta nova Associação possa assumir a antiguidade adquirida por cada trabalhador da FFCUL. O Relatório de Gestão refere ainda que a proposta de extinção da FFCUL apenas será feita pelo Diretor da FCUL ao Conselho de Escola da FCUL, depois de transferida a totalidade da atividade da Fundação para a FCIências.ID, que se prevê estar concluída no final de 2017, pelo que estes acontecimentos ou condições indicam que existe uma incerteza material sobre quando ocorrerá a referida transferência da atividade e subsequente extinção da Fundação. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela: (i) Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) Avaliação da capacidade da FFCUL de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da FFCUL;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da FFUL para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2017

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho Geral,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a atividade da **Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FP**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho Diretivo os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho Diretivo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;

2º Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho Diretivo;

Lisboa, 28 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.